

CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA 2010

Lema: Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mt 6,24)

Tema: Economia e Vida



CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil

Coordenação Editorial:

Pe. Valdeir dos Santos Goulart

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:

Fábio Ney Koch dos Santos

Revisão:

Dom Hugo Cavalcante, OSB

Pe. Wilson Luís Angotti Filho

Cartaz da CF 2010:

Criação: Agência Experimental Ohana: Ana Beatriz Santa Maria, Ana Carolina da Silva Figueiredo, Danielle Hernandes Guimarães, Samuel Alves da Silva e Natália Cristina Tibério Velazquez. PUC-Campinas. **Professores Orientadores:** Cláudia Lúcia Trevisan e Renata Maria Manjaterra. **Adaptações e Arte Final:** Edições CNBB.

Impressão e acabamento:

Editora Gráfica Ipiranga Ltda

Edições CNBB

SE/Sul Quadra 801, Conjunto "B"

CEP: 70200-014

Fone: (61) 2103-8383

Fax: (61) 3322-3130

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

Site: www.edicoescnbb.com.br

© CONIC - Todos os direitos reservados

Reimpressão da 1ª Edição

C755c CONIC - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil / Campanha da Fraternidade Eumênica 2010: Texto-Base. Brasília, Edições CNBB, 2009.

Campanha da Fraternidade Eumênica 2010: Texto-Base / CONIC.

80 p. : 14 x 21 cm

ISBN: 978-85-60263-92-9

1. Economia. 2. Fraternidade. 3. Ecumenismo. 4. Religião.

CDU - 250.1

Igrejas membros do CONIC

Igreja Católica (IC) A Igreja Católica é Apostólica, pois fundada por Jesus Cristo, sobre o alicerce dos Apóstolos. Por ter sua sede principal em Roma, onde pregaram o Evangelho e foram martirizados os apóstolos Pedro e Paulo, a Igreja é também designada como Romana. A sede de Roma, desde os primórdios do cristianismo, é reconhecida como aquela que preside na caridade e procurada por outras igrejas locais do Oriente e do Ocidente, para serem confirmadas na fé e reconhecidas na comunhão católica.

Presente em todo o mundo, a Igreja é governada localmente por bispos, que constituem o colégio episcopal, presidido pelo Papa, bispo de Roma, sucessor do apóstolo Pedro. No Brasil, ela se faz presente desde 1500.

Os católicos acolhem e orientam-se pela Palavra de Deus, expressa na Bíblia, celebram os Sacramentos como sinais eficazes da Graça de Deus e professam a fé apostólica, conservada e transmitida através dos séculos pela Tradição e pelo Magistério Eclesiástico.

Justificados por Cristo, os fiéis constituem a “comunhão dos santos” e, dentre esses veneram, de modo especial, a Virgem Maria, mãe do Deus que se fez homem, e os santos que, de maneira exemplar e até heroicamente viveram sua fé e deram testemunho do Senhor Jesus.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com sede em Porto Alegre-RS, tem seu fundamento em Jesus Cristo e na fé apostólica. Na Reforma da Igreja iniciada por Martinho Lutero no século 16, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana constituiu-se em comunidades separadas da Igreja Romana, afirmando com ênfase que o ser humano é salvo por graça e fé e não por obras meritórias. O luteranismo chegou ao Brasil em 1824 com a imigração alemã e, embora tenha permanecido mais concentrado no Sul e no Sudeste do Brasil por mais de um século, hoje há comunidades luteranas espalhadas em todos os estados brasileiros.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) é uma província eclesiástica da Comunhão Anglicana espalhada pelo mundo. A Igreja Anglicana é uma igreja que vem desde os tempos dos

apóstolos e é herdeira dos primeiros cristãos presentes nas Ilhas Britânicas antes do século 3º. Em 1534, durante o reinado de Henrique VIII, a Igreja da Inglaterra (Anglicana) se separou da Igreja Católica Romana. A Comunhão Anglicana mantém sua base no Quadrilátero de Lambeth: Escrituras, Sacramentos, Credos e Episcopado Histórico. A base teológica sustenta-se na Escrituras – Tradição e Razão. A presença anglicana no Brasil iniciou em 1810, com a chegada de cidadãos britânicos e depois de japoneses e missionários norte-americanos. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, é parte da Comunhão Anglicana, uma família de igrejas anglicanas e episcopais em comunhão com a Sé de Cantuária, na Inglaterra. No Brasil a Igreja está presente em nove dioceses e um distrito missionário.

A **Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU)** faz parte da Família Reformada do Protestantismo histórico e é uma das igrejas cristãs presbiterianas. Sua doutrina se baseia nas Escrituras Sagradas. A IPU foi fundada em 1978 com o nome de Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (Fenip) e, em 1983, ao se filiar ao Conselho Mundial de Igrejas, passou a usar a nomenclatura atual. A IPU tem quatro características que definem sua identidade: As relações ecumênicas, o compromisso social, o pluralismo teológico e a democracia eclesial. Por essa razão, seu relacionamento com outras denominações e instituições religiosas é pautado no respeito e na aceitação mútua. As maiores concentrações de suas igrejas estão nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, onde fica sua sede nacional.

A **Igreja Sírian Ortodoxa de Antioquia (ISOA)** é uma das Igrejas Orientais e tem suas raízes na comunidade de Antioquia, fundada sobre o alicerce dos Apóstolos. “Foi em Antioquia que pela primeira vez os discípulos foram designados com o nome de cristãos” (Atos dos Apóstolos 11,26). A Igreja Sírian Ortodoxa confessa a fé formulada pelo Concílio de Nicéia do ano 325 d.C., comumente conhecido como “Credo de Nicéia”, e conserva a verdadeira doutrina sobre Jesus Cristo apesar das diferenças na interpretação dessa doutrina que surgiram sucessivamente. Está presente no Brasil desde o ano de 1950 através dos imigrantes orientais. O delegado patriarcal para o Brasil, Mons. Antonio Nakkoud, reside atualmente em Campo Grande – MS.

SUMÁRIO

| | |
|---|---------------|
| IGREJAS MEMBROS DO CONIC | 3 |
| SIGLAS | 8 |
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| INTRODUÇÃO | 11 |
| Pela terceira vez temos uma Campanha da Fraternidade Ecumênica | 11 |
| Bem Comum | 12 |
| O CONIC | 13 |
| A Fraternidade e a Quaresma | 15 |
| Em continuidade com as Campanhas anteriores | 16 |
| Fraternidade e economia | 17 |
| Os objetivos desta Campanha da Fraternidade Ecumênica | 17 |
| A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR (Introdução) | 19 |
| A dádiva da vida e a lógica do mercado | 19 |
| Agradecer é diferente de pagar | 19 |
| A vida de cada um, ligada à vida de todos | 20 |
| Economia a serviço da vida ou vidas à disposição da economia? | 21 |
| Valor econômico da água | 21 |
| Transformação da água em mercadoria | 24 |
| Mas há toda uma propaganda que vai noutra direção | 25 |
| Planeta Terra, casa de todos | 25 |
| Desafios e esperanças | 26 |

A VIDA AMEAÇADA **28**

| | |
|---|----|
| O número dos pobres é incontável | 28 |
| Os pobres não são apenas destinatários de nossa compaixão ... | 30 |
| Um sonho de todas as pessoas | 32 |
| Obstáculo a ser superado | 32 |
| Um desenvolvimento desequilibrado | 34 |
| A degradação do meio ambiente | 37 |
| As condições de trabalho | 38 |
| Poder e direitos sociais | 41 |
| Respostas do Estado | 41 |
| A cultura do consumismo | 42 |
| Novos caminhos e participação popular | 43 |
| Apelo às Igrejas | 46 |

ECONOMIA PARA A VIDA **47**

| | |
|--|----|
| Um sistema econômico para todas as pessoas | 47 |
| A Bíblia e o bem comum | 49 |
| O descanso da Terra | 49 |
| A Bíblia quer justiça para os pobres | 51 |
| Créditos e juros | 52 |
| Os direitos dos trabalhadores | 53 |
| No Reino de Deus a lei é a solidariedade | 55 |
| Experiências de solidariedade | 56 |
| O papel do Estado | 57 |
| Os discípulos de Jesus e outra economia | 59 |

PROMOVER A VIDA **63**

| | |
|--|----|
| Como viver hoje a mensagem da Boa Nova de Jesus? | 63 |
| Urgência de ações coletivas | 65 |

| | |
|--|-----------|
| Ecumenismo e opção pelos pobres | 65 |
| Educação para a solidariedade | 66 |
| Economia Solidária e compromisso social | 67 |
| Políticas públicas e seguridade social | 69 |
| Preservação do meio ambiente e Reforma Agrária | 70 |
| GESTO CONCRETO NACIONAL DA CAMPANHA | |
| E FUNDO ECUMÊNICO DE SOLIDARIEDADE | 71 |
| Conclusão | 75 |
| Pensando no PAI-NOSSO | 75 |
| HINO DA CFE 2010 | 78 |
| ORAÇÃO DA CFE 2010 | 80 |

SIGLAS

| | |
|--------|--|
| AGAPE | <i>Alternative Globalization Addressing Peoples and Earth</i> (Globalização Alternativa Dirigida aos Povos e à Terra) |
| ALCA | Área de Livre Comércio das Américas |
| CAPA | Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor |
| CESE | Coordenadoria Ecumênica de Serviço |
| CFE | Campanha da Fraternidade Ecumênica |
| CMI | Conselho Mundial de Igrejas |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CONIC | Conselho Nacional das Igrejas Cristãs |
| DGAE | Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação |
| GS | Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i> , do Concílio Ecumênico Vaticano II |
| IETS | Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MM | Carta Encíclica <i>Mater et Magistra</i> , do Papa João XXIII |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONG | Organização Não-Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Plano de Aceleração do Crescimento |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| SAD | Serviço Anglicano de Desenvolvimento |
| WWF | <i>World Wildlife Fund</i> ” o que foi traduzido como “Fundo Mundial da Natureza” – Organização Não-Governamental presente em diversos países do mundo. No Brasil é a WWF-Brasil |

APRESENTAÇÃO

As Igrejas Cristãs no Brasil, presentes no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC, apresentam a Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, com o tema Economia e Vida e o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24). Esta é a terceira campanha da fraternidade realizada de forma ecumênica, e tem como **objetivo geral: “Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão”**. É necessário **conclamar** a todos e todas para construir uma nova sociedade, **educar** essa mesma sociedade afirmando que um novo modelo econômico é possível, e **denunciar** as distorções da realidade econômica existente, para que a economia esteja a serviço da vida.

Nesta Campanha da Fraternidade Ecumênica, as comunidades cristãs são convocadas a deixar-se interpeladas pelas palavras de Jesus: “Não acumuleis para vós tesouros na terra, onde as traças e os vermes arruínam tudo, onde os ladrões arrombam as paredes para roubar. Mas acumulai para vós tesouros no céu.” (Mt 6,19-20a). “Ninguém pode servir a dois senhores: ou odiará a um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro” (Mt 6,24). Toda a vida de Jesus foi um testemunho de simplicidade no uso dos bens materiais, de solidariedade com os pobres, de distribuição gratuita dos dons de Deus.

Agradecemos a todas as pessoas que tornaram possível a realização de mais esta Campanha da Fraternidade Ecumênica. Este trabalho demonstra concretamente o esforço que desenvolveram para a união de todos os que creem em Jesus Cristo, no sentido de realizar o projeto do Reino de Deus na vida das pessoas, visando um mundo mais justo e fraterno.

Que a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010 nos estimule a compreender e vivenciar os valores do Reino de Deus, a acreditar que uma nova sociedade, mais justa e solidária, é possível, e a construir um modelo econômico em que a vida esteja em primeiro lugar.

P. Sin. Carlos Augusto Möller

Presidente do CONIC

Rev. Luiz Alberto Barbosa

Secretário-Geral do CONIC

Comissão Organizadora da CFE 2010:

ICAR

Dom Dimas Lara Barbosa

Pe. Marcial Maçaneiro

ISO

Zulmira Inês Lourena Gomes da Costa

IEAB

Revda. Lucia Dal Pont Sirtoli

Rev. Cláudio de Souza Linhares

IPU

Rev. Cláudio da Chagas Soares

Rev. Sandro Xavier Silva

IECLB

P. Teobaldo Witter

Pra. Romi Márcia Bencke

CONIC

Rev. Luiz Alberto Barbosa

Pe. Gabriele Cipriani

INTRODUÇÃO

Pela terceira vez temos uma Campanha da Fraternidade Ecumênica

1. A Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano de 2010 é promovida em conjunto pelas Igrejas que fazem parte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC, como aconteceu em 2000 e 2005.

2. O que move as Igrejas a agir é a graça, o amor de Deus e o testemunho de sua fé em Jesus. As palavras de Jesus Cristo – “Nisto todos reconhecerão que vocês são meus discípulos: no amor que tiverdes uns para com os outros” (Jo 13,35) – ecoam hoje no coração dos seus seguidores, que agem em resposta à missão que lhes vem de Deus em Cristo: a de serem testemunhas da fraternidade, justiça e paz sobre a terra.

3. O CONIC apresenta como desafio para esta Campanha a busca de respostas às perguntas:

- Como a fé cristã pode inspirar uma economia que seja dirigida para a satisfação das necessidades humanas e para a construção do Bem Comum?
- Em que medida existe responsabilidade das pessoas em relação à economia e como isso afeta a vida das pessoas e do meio ambiente?
- Que aspectos de conversão pessoal e de mudança estrutural poderiam ser considerados para que, de fato, a economia esteja a serviço da vida, promovendo o bem comum?
- Como fazer para que essas preocupações não sejam transitórias, mas se tornem, de fato, balizamento moral permanente?

4. Movido pela fé em Deus, “que ama a justiça e a equidade; a terra está cheia da fidelidade do Senhor” (Sl 33,5), o CONIC não quer limitar-se a criticar sistemas econômicos. Principalmente,

espera que a campanha mobilize igrejas e sociedade a dar respostas concretas às necessidades básicas das pessoas e à salvaguarda da natureza, a partir da mudança de atitudes pessoais, comunitárias e sociais, fundamentadas em alternativas viáveis derivadas da visão de um mundo justo e solidário.

Bem Comum

Bem comum é o conjunto de condições sociais que permitem e favorecem às pessoas o desenvolvimento integral da personalidade¹. Pio XII afirma que a riqueza de uma nação não se mede por critérios quantitativos, mas pelo bem-estar do seu povo².

5. O Bem Comum³ abrange a existência dos bens necessários para o desenvolvimento da pessoa e a possibilidade real de todas as pessoas de ter acesso a tais bens. Isso requer o empenho social e o desenvolvimento de grupos e das pessoas individualmente, implicando a existência de paz, estabilidade e a segurança de uma ordem justa⁴.

6. Bem Comum é diferente de Interesse Geral. Interesse geral não distingue cada pessoa, no grupo. Considera apenas o coletivo. Pode subentender o sacrifício de alguns (usualmente o mais fraco), em consideração a outros, e gerar, em determinados casos, exclusão social. O Bem Comum envolve todos os membros da sociedade, ninguém sendo isentando de cooperar, participar e desenvolver, de acordo com as possibilidades específicas de cada um.

¹ MM, n. 65; Cf. Pio XII, Rádio mensagem de Natal de 1942, n 13 in Costa, L. (org.) Documentos de Pio XII. São Paulo: Paulus; GS, n. 26.

² A solenidade n 17, p. 91 in Costa, L. (org.) op. cit.

³ Texto produzido por CAMARGO, C. A. O. Inédito.

⁴ Cf. MM, nn. 79-80.

7. Todos têm, também, o direito de aproveitar as condições da vida social, decorrentes do Bem Comum. A responsabilidade pela construção do Bem Comum, a despeito de caber a cada pessoa, cabe também à sociedade organizada e ao Estado, pois o zelo pelo Bem Comum é a razão de existir da autoridade política.

8. A construção do Bem Comum não é um fim em si mesmo, mas tem sentido apenas se sua referência for o respeito à dignidade da pessoa e de toda a humanidade.

9. Para se estender a conciliação entre o Bem Comum e o bem particular, é indispensável o exercício de duas Virtudes – a caridade e a justiça – que são o liame interior da vida social, a primeira ensina a vencer o egoísmo e incute a consciência de sociedade que une todas as pessoas; a segunda estabelece o reconhecimento e o respeito aos direitos do “outro”, seja este o indivíduo, um grupo social intermediário, ou a própria sociedade.

O CONIC

O CONIC foi fundado em 1982. Define-se como uma associação fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador. Sua missão é servir às Igrejas cristãs no Brasil, na vivência da comunhão em Cristo, na defesa da integridade da criação, promovendo a justiça e a paz para a glória de Deus. Atualmente, fazem parte do CONIC: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia.

Essas Igrejas desejam inserir-se com esta Campanha em um contexto histórico e ecumênico mais amplo. O ano de 2010 marca o centenário do grande encontro missionário que as Igrejas da Reforma realizaram em Edimburgo, na Escócia. Foi lá que os povos destinatários da missão pediram aos missionários de Igrejas diferentes que se unissem

primeiro para facilitar o acolhimento do Evangelho. Isso se tornou um impulso marcante para o movimento ecumênico que, mais tarde, em 1948, irá gerar o Conselho Mundial de Igrejas – CMI, hoje composto por mais de 340 Igrejas.

No Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica Romana proclamou também a necessidade do trabalho ecumênico. Hoje, embora não seja membro pleno do Conselho Mundial de Igrejas, participa na sua Comissão Fé e Constituição, atua em trabalhos conjuntos com esse organismo (como, por exemplo: na organização da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos) e faz parte de vários Conselhos Ecumênicos Nacionais.

A reflexão desta Campanha tem ligação com a proposta de AGAPE (*Alternative Globalization Addressing Peoples and Earth* – Globalização Alternativa Dirigida aos Povos e à Terra), processo iniciado pelo Conselho Mundial de Igrejas desde a Assembleia Geral realizada em Harare (1998). Essa proposta continua mobilizando as Igrejas depois de novo impulso dado pela Assembleia do CMI, realizada em 2006 aqui no Brasil, em Porto Alegre, com o lema “Deus, em tua graça, transforma o mundo!”

Em 2010, o CONIC e o CMI vão avaliar também o trabalho da Década para Superar a Violência (2001-2010).

Todas essas atividades e eventos são sinais do compromisso das Igrejas com a transformação da realidade social. Esse compromisso é visto como uma exigência fundamental da fidelidade ao projeto de Deus, à proposta do Evangelho, ao seguimento de Jesus.

10. A parceria ecumênica demonstra unidade no essencial da fé e no empenho pela construção de um mundo melhor para todas as pessoas. Ao participarem em conjunto desta Campanha, as Igrejas ganham força para pedir às diferentes instâncias da sociedade que também se unam pelo bem comum, na defesa da Vida, como valor mais importante do que os interesses do mercado.

Pessoa é um ser de relações. Na sua individualidade, é único e irrepetível. Inteligente e com vontade livre. Vulnerável e efêmero, com destino transcendente. Credor de direitos e subordinado a deveres. Dotado de vivência espiritual que o eleva a uma eminente dignidade, que lhe confere um valor de fim em si mesma e não apenas um meio.

A pessoa é a base da sociedade e seu elemento fundamental e fonte de toda riqueza criativa. O desenvolvimento das sociedades modernas está baseado cada vez mais na sua capacidade criativa e em seu potencial para inovar.

O que define a pessoa é o seu “desejo” de felicidade, de satisfazer plenamente todas as necessidades que carrega em si. Sua vida será o caminho a ser percorrido para que essa satisfação possa ser alcançada⁵.

A pessoa só é tal em sua unidade e só pode ser considerada em toda sua integridade, sendo a origem, o foco e o propósito de toda vida econômica, social e política⁶. Por isso, a pessoa, como ser indivisível, não pode ser considerada, somente sob um de seus aspectos, ignorando a sua totalidade.

A Fraternidade e a Quaresma

11. A Campanha da Fraternidade quer ajudar a construir novas relações, apontando princípios de justiça, denunciando ameaças e violações da dignidade e dos direitos, abrindo caminhos de solidariedade. A vida em fraternidade é expressão do Evangelho e testemunha a nossa condição de filhos e filhas de Deus. A fraternidade e a solidariedade suscitam uma sociedade em que todos se sintam como família, em paz, harmonia e segurança.

⁵ Cf. CNBB, DGAEE 2003-2007, Introdução.

⁶ Cf. GS, n. 63.

12. Quaresma é tempo propício para a conversão, momento favorável, dia da salvação⁷. No entanto, esta conversão não se limita ao tempo da quaresma, mas deve produzir frutos que a testemunhem e que permaneçam para a vida eterna. A CFE contribui para a vivência do espírito quaresmal, promovendo a conversão da pessoa em todas as suas dimensões: pessoal, comunitária e social.

Em continuidade com as Campanhas anteriores

13. Nas Campanhas da Fraternidade Ecumênicas, os temas se voltam para a valorização da pessoa, o cuidado da natureza e os grandes direitos dos seres humanos, compreendidos como filhos preciosos e amados do Criador. A Campanha do ano 2000 se inspirava nas muitas expectativas e reflexões motivadas pela virada do milênio. Seu tema era: “Dignidade humana e paz” e o lema escolhido foi: “Novo milênio sem exclusões”. Sua proposta foi o compromisso com o resgate da dignidade humana ferida nos porões da vida, à luz do sol e nos bastidores da política. É a nossa própria dignidade que está em jogo quando outras pessoas são humilhadas, por ações diretas contra elas ou pelas consequências das estruturas injustas que continuamos sustentando em nossa sociedade.

14. Dando continuidade a esse propósito, em 2005 o tema da Campanha que as Igrejas do CONIC promoveram foi: “Solidariedade e paz”, e o lema foi: “Felizes os que promovem a paz”. O crescimento da violência, o terrorismo e as guerras frustravam as esperanças de um milênio de paz. A solidariedade, expressão viva da fraternidade que deve unir todos os humanos, foi proposta como a solução cristã e verdadeiramente humana, a atitude que deve inspirar as ações individuais e coletivas e ser a força que apaga a violência e traz a paz.

15. Embora a palavra paz não apareça desta vez no tema e no lema desta Campanha, ela continua como horizonte amplo e profundo da reflexão e da ação. Sabemos que a paz é ilusória quando o interesse

⁷ Cf. 2 Coríntios 5, 20 – 6, 3.

econômico sacrifica pessoas, cria desigualdades inaceitáveis e acaba sendo um ídolo que governa a vida da sociedade. Nesse espírito foram pensados o tema desta nova Campanha, **“Economia e vida”**, e seu lema: **“Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”** (Mt 6,24).

Fraternidade e economia

Economia (do grego *oikos* + *nomos*), que significa literalmente “administração da casa”, tem o sentido de providenciar tudo que é necessário à sobrevivência.

Uma constante no pensamento social cristão é o caráter humano da economia, como atividade realizada por pessoas, devendo orientar-se ao serviço das pessoas, como o centro, protagonistas e razão de ser da vida econômica e social.⁸ Inclusive, a economia, como ciência, deve ser integralmente orientada para a construção do Bem Comum.

Os objetivos desta Campanha da Fraternidade Ecumênica

16. Objetivo geral: “Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão”.

17. Este objetivo exige que haja justiça social, consciência ambiental, sustentabilidade, empenho na superação da miséria e da fome e, de um modo geral, que se considere com atenção especial, a dignidade da pessoa e o respeito aos direitos humanos.

18. Objetivos específicos:

- Sensibilizar a sociedade sobre a importância de valorizar todas as pessoas que a constituem.

⁸ Cf. GS, nn. 25; 63

- Buscar a superação do consumismo, que faz com que o “ter” seja mais importante do que as pessoas.
- Criar laços entre as pessoas de convivência mais próxima, em vista do conhecimento mútuo e da superação tanto do individualismo como das dificuldades pessoais.
- Mostrar a relação entre fé e vida, a partir da prática da Justiça, como dimensão constitutiva do anúncio do Evangelho⁹.
- Reconhecer as responsabilidades individuais diante dos problemas decorrentes da vida econômica, em vista da própria conversão.

19. Um ideal de justiça econômica que sirva e sustente a vida só poderá tornar-se realidade pela ampliação do exercício da democracia e se forem estabelecidas também metas para se atingir a plena sustentabilidade. Para se atingir os objetivos da CFE 2010, são adotadas as seguintes estratégias:

- **Denunciar** a perversidade de todo modelo econômico que vise em primeiro lugar o lucro, sem se importar com a desigualdade, miséria, fome e morte.
- **Educar** para a prática de uma economia de solidariedade, de cuidado com a criação e valorização da vida como o bem mais precioso.
- **Conclamar** as Igrejas, as religiões e toda a sociedade para ações sociais e políticas que levem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todas as pessoas.

20. Esses objetivos e estratégias devem ser trabalhados em quatro níveis: **social, eclesial, comunitário, pessoal**. Desejamos a preservação da grande casa comum, o planeta Terra, planeta da vida e morada da família humana, em vista da sua sustentabilidade. Buscamos mudanças na economia, na administração dessa casa comum, em fraterna cooperação entre toda a sociedade: cristãos e cristãs, seguidores de diferentes religiões e pessoas de boa vontade.

⁹ Cf. Sínodo dos Bispos de 1971, n. 6.

A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR (Introdução)

“Cuidado! Guardai-vos de toda ganância; não é pelo fato de um homem ser rico que ele tem a vida garantida pelos seus bens” (Lc 12,15)

A dádiva da vida e a lógica do mercado

21. Deus nos criou por amor, como ato livre da Sua vontade. Toda Criação é sinal do amor que Ele tem por nós. Essa gratuidade divina deve se refletir no agir humano, como resposta a tal manifestação de amor. Vivemos a vida como uma dádiva, que devemos estender a todos de forma incondicional.

22. Na lógica do mercado, paga-se pela troca de bens e serviços. Entretanto, existem exigências humanas importantes, coletivas e qualitativas, que não podem ser satisfeitas através desse mecanismo. Há valores que, devido à sua natureza, não se podem nem se devem vender e comprar.

Agradecer é diferente de pagar

23. A dádiva só pode ser acolhida. Nunca seremos donos da vida. Por ela somente podemos ser agradecidos. A dádiva nos introduz num círculo onde tudo é graça e solidariedade. Bendito seja Deus pela vida, pela fraternidade, pela solidariedade, por este planeta Terra onde a vida brota em abundância! Na sociedade de mercado, paga-se pela troca de bens e serviços. Vende-se e compra-se. Não se doa e não se agradece. Ao pagar é liquidada qualquer dívida. A sociedade de mercado nos afasta das raízes da árvore da vida, que são amor, dádiva, fraternidade e solidariedade. Tira-nos dos lábios o agradecimento e do coração o sentimento de gratidão. Mas não somos mercadoria, e nossa vida não depende dos bens que possuímos. “Não é pelo fato de um homem ser rico que ele tem

a vida garantida pelos seus bens” (Lc 12,15). A experiência da fragilidade da existência nos faz exclamar com o salmista: “Se o Senhor não me tivesse socorrido, logo o silêncio seria a minha morada. Quando eu dizia ‘Vou cair!’, ‘tua fidelidade, Senhor, me sustentava. “Quando mil preocupações me assaltavam, eu saboreava o teu reconforto” (Sl 94 (93), 17-19). Obrigado, ó Deus, pela vida.

A vida de cada um, ligada à vida de todos

24. Não somente recebemos a vida de graça, mas dependemos uns dos outros. Constituímos a “família humana”, única e rica na sua grande diversidade. Nascemos para conviver. Somos responsáveis por nossos irmãos e irmãs, seja qual for o lugar onde vivem, perto ou longe de nós. Em correspondência aos direitos existem, portanto, deveres e responsabilidades de cada pessoa para com a outra, para a nossa comunidade familiar e para a sociedade como um todo. Aprender a solidariedade significa amar o próximo também nas dimensões globais, em uma interdependência mundial. Na nossa sociedade, a vida humana e o meio ambiente em que os sistemas vivos se perpetuam sofrem ameaças diretas e indiretas. A maneira de organizar a sociedade na economia e na política, nas leis e nos governos e serviços, afeta diretamente a dignidade humana e a capacidade dos indivíduos de se aperfeiçoarem na família e na sociedade. Cada pessoa tem o direito fundamental à vida e, portanto, o direito a todas as coisas necessárias para uma vida de qualidade. As pessoas têm direito a viver e a satisfazer as necessidades básicas. Essas não consistem apenas em alimentação, vestuário e moradia, mas também educação, saúde, segurança, lazer, garantias econômicas e oportunidades de desenvolver todas as capacidades de que uma pessoa é dotada.

Economia a serviço da vida ou vidas à disposição da economia?

25. Recebemos os bens para a vida e não a vida para a riqueza. “Está escrito: *Não só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra*

que sai da boca de Deus” (Mt 4,4). Como seguidores de Jesus Cristo e partícipes da vida social, somos chamados a construir uma justiça econômica maior diante da persistência da indigência, da pobreza e das grandes desigualdades sociais.

26. Toda a vida econômica deveria ser orientada por princípios éticos. A medida ética fundamental para qualquer economia é um sistema que deveria criar reais condições de segurança e oportunidades de desenvolvimento da vida de todas as pessoas, desde os mais pobres e vulneráveis. Em contraposição, a discussão dominante nas recorrentes crises do capitalismo se restringe a estas questões: “Que correções importa fazer para salvar o capitalismo e regular os mercados? Quanto posso ganhar com o menor investimento possível, no lapso de tempo mais curto e com mais chances de aumentar o meu poder de competição e de acumulação?” Não importa se isso leva à destruição da natureza e torna sistêmica a miséria de muitas famílias. A economia não é uma estrutura autônoma. Ela faz parte das prioridades políticas. As políticas econômicas e as instituições devem ser julgadas pela maneira delas protegerem ou minarem a vida e a dignidade da pessoa humana, sustentarem ou não as famílias e servirem ao bem comum de toda a sociedade. A sociedade, incluindo a ação governamental, tem a obrigação moral de garantir oportunidades iguais, satisfazer as necessidades básicas das pessoas, e buscar a justiça na vida econômica.

Valor econômico da água¹⁰

27. Um dos conceitos mais controversos no novo discurso sobre a água é seu “valor econômico”¹¹, pois ele estava ausente nas teorias

¹⁰ Texto extraído da CF 2004: *Fraternidade e água*, dos números 45 a 52.

¹¹ Além da reflexão da equipe de elaboração, forma consultados especialistas em economia sobre o “valor econômico” da água. Um deles foi César Benjamim, assessor da Consulta Popular. A resposta que veio foi exatamente que a questão é plena de controvérsias.

clássicas, que viam a água como recurso natural e abundante. Seu valor de uso para a produção de bens (pela indústria, agricultura e pecuária) não se expressava em termos monetários, porque era apropriada pelo produtor sem que ele tivesse que pagar pela água como fator de produção. Só com o conceito de “escassez” aparece o “valor econômico” da água.

28. O valor econômico da água funciona como mecanismo de gerenciamento dos recursos hídricos. O raciocínio é simples: tendo que pagar, a utilização da água será mais racional e cuidadosa. Quanto mais pesar economicamente, mais racional será seu uso. Mas isso não significa que a água possa ser incorporada à categoria de mercadoria, e portanto regida pelas leis do mercado.

29. Este argumento tem sua parte de verdade – cuida-se melhor daquilo que é mais caro – e por isso encontra respaldo no senso comum. Suas consequências, porém, podem ser graves se isso significa considerar a água uma mercadoria como outras, regida pela lei da oferta e procura. A cobrança pelo uso da água pode ser um mecanismo de gerenciamento desde que estabeleça preços diferenciados conforme a concessão de uso. Hoje, uma fábrica de cerveja retira do poço artesiano toda água que necessita, sem pagar nada por ela, e depois descarrega parte dessa água, agora poluída por detergentes e dejetos, no rio mais próximo. O lucro com a venda da cerveja é todo dela; a perda no lençol subterrâneo e a poluição do rio são da comunidade local. Uma boa gestão obrigaria que se cobrasse um preço baixo pela água usada como insumo, e um alto preço sobre o esgoto industrial, de modo que a indústria seja estimulada a filtrar os dejetos antes de lançá-los de volta ao rio. Assim também, é preciso atribuir preços diferenciados conforme o uso da água (consumo humano, esgoto, energia elétrica, produção industrial, agricultura irrigada, lazer, etc). Para definir a quantidade e o preço a ser pago pela água, a Lei 9433, dos Recursos Hídricos, estabelece a criação de “comitês de bacia” – que examinaremos mais adiante – com o poder de definir os critérios das “outorgas”, isto é, a quantidade, a destinação (serviço de abastecimento urbano, indústria, hidrelétrica, irrigação, etc)

e o preço a ser pago pelos usuários daquela bacia, conforme o uso a que tiver direito. É também o comitê de bacia quem decide sobre o destino dos recursos arrecadados dos usuários, sendo obrigatória sua reversão para a recuperação, manutenção ou desenvolvimento sustentável, conforme o plano da bacia.

30. Para evitar que esta cobrança pelo uso provoque o surgimento dos “excluídos da água”, a lei 9433 traz o conceito de “vazão insignificante”, ou seja, água usada por pequenos usuários, que, pelo uso disperso com finalidades de sobrevivência de moradores ribeirinhos, não requerem outorga nem são submetidos a cobrança. A “outorga” não pode, portanto, ser confundida com a “concessão” que abre o caminho para “mercantilização” da água.

31. De fato, nas zonas urbanas já pagamos pela água, ou melhor, pagamos pelos serviços de captação, tratamento e distribuição, não pela água em si. A novidade é que, além de pagarmos os serviços, deveremos pagar também por metro cúbico de água utilizada. Se este preço adicional vier a excluir alguém do acesso à água, tal medida será eticamente inaceitável. Mas se o preço diferenciado (por volume e por destinação) resultar em melhor gestão da água, todos teremos a ganhar, inclusive o grande usuário que hoje não paga nada, mas não pode contar nem com o volume nem com a qualidade da água que necessita, por falta de controle confiável.

32. O princípio “usuário-pagador”, que obriga a quem usa, pagar, não pode ser lido ao contrário: “quem não paga, não usa”, ou ainda, “quem não puder pagar, não pode usar”. Não sendo a água uma mercadoria, mas um bem de domínio público, o princípio só se aplica como norma reguladora de uso, seja quantitativa (quem usa mais água, paga mais), seja qualitativamente (quem usa para fins lucrativos paga mais do que quem usa para consumo pessoal). Se assim não fosse, a água deixaria de ser direito de todos os seres vivos, criando-se assim um impasse ético e a tragédia dos excluídos da água.

33. Correlativo ao princípio “usuário-pagador”, é o princípio “poluidor-pagador”, que obriga quem polui a tratar seu efluente

poluente ou pagar o equivalente ao custo da despoluição. Atualmente, a poluição tem sido combatida por meio de multas aos agentes poluidores. Mas elas não funcionam a contento, porque geralmente são baixas e os poluidores reincidem. Assim, as multas acabam se tornando direito de “pagar para poluir”. Fica claro que, muito melhor do que a multa, é a política de “internalização” dos custos para os geradores de poluição, isto é, o pagamento de um alto preço pela água poluída, para que se torne economicamente compensador evitar a poluição.

Transformação da água em mercadoria¹²

34. O problema mais grave do atual debate sobre a água é transformação desta em mercadoria. É nesse sentido que se fala em “petrolização” da água, ou em “ouro azul”, passando a ser objeto de interesse da Organização Mundial do Comércio, embora as resistências surjam de todos os lados. A classificação da água como mercadoria representaria o triunfo da lógica do mercado, e a transformação da água em objeto de lucro das grandes empresas capitalistas.

35. Para alcançar esse objetivo, empresas transnacionais procuram imprimir na opinião pública mundial uma concepção restritiva de água como mercadoria de grande valor econômico, capaz de tornar-se uma fonte de renda para um país como o Brasil. Esse trabalho implica em retirar da água sua dimensão de direito humano, seu caráter vital, sua dimensão sagrada. É evidente que quem se opõe a esta ideologia, defendendo o valor sagrado e vital da água, é facilmente rotulado como “antiquado”, “contrário ao progresso” ou “romântico”. Mas é nesta defesa que reside a possibilidade de salvarmos o planeta Terra – “Planeta-Água” – da desolação e de assegurarmos a vida das gerações futuras.

36. Esta questão do valor da água é de tão grande importância que a CNBB e o CONIC desenvolvem, desde a Campanha da

¹² Idem citação 9.

Fraternidade de 2004, um Projeto comum que trata do assunto, tendo sido emitida a “Declaração Ecumênica da Água como Direito Humano e Bem Público”.

Mas há toda uma propaganda que vai noutra direção

37. Olhemos os anúncios que estão nos jornais, nas revistas, na TV, nos cartazes de rua. Eles não dizem simplesmente que este ou aquele produto é bom. Dizem que sem eles você não pode viver, ser um sucesso, ser feliz. Na ilustração desses anúncios aparecem as pessoas que a sociedade considera “importantes”, modelos de consumo intenso. E os outros? Os outros são vistos como os que “sobraram” na corrida do sucesso, os que não chegaram lá.

Planeta Terra, casa de todos

38. O planeta Terra não passa de um grão de areia na imensidão do universo. Mas é um grão de areia habitado, onde pulsa um coração vivo e vibrante. Nele, o ciclo da vida se reproduz há bilhões de anos. É o único planeta conhecido onde a vida viceja exuberante. A mulher e o homem são chamados a habitar essa grande casa, a manter viva a sinfonia da criação, a cuidar, respeitar e conviver com a variedade e pluralidade das formas de vida. O ser humano foi colocado neste planeta como em um jardim do qual deve cuidar.

39. O cuidado é uma maneira de viver diferente das relações de domínio e de mercado. Pela ganância, multidões adoecem e sobrevivem na indigência. A grande melodia do universo vem sendo sistematicamente rompida. Aprofundam-se a cada ano os sinais de devastação. A humanidade, com seu ritmo de devastação, está consumindo mais do que o planeta pode oferecer. Isso significa que demos início a um processo de autodestruição.

40. O desafio agora é refazer a sinfonia universal. O respeito para com a criação é respeito ao Criador. Cuidar do planeta não é um slogan, mas um dever da nossa fé e um dever para com a vida.

Desafios e esperanças

41. Vamos examinar as muitas injustiças e o desrespeito à vida que derivam de uma economia que idolatra o mercado e não enxerga as pessoas. Hoje, com maiores fontes de informação, temos mais condições de perceber e denunciar problemas. Sabemos mais sobre corrupção, devastação planetária, desrespeito ao direito do cidadão, etc.

42. Mas também é importante lembrar que crescem iniciativas a favor da vida e dos mais desamparados. Instituições de serviço voluntário, dentro e fora das Igrejas, atuam na defesa da vida, em seus múltiplos aspectos. Organizações, entidades e movimentos sociais vão ajudando a reconstruir esta casa de todos que é o planeta Terra. Um movimento amplo e variado de solidariedade que privilegie não a concepção do crescimento a qualquer custo, mas o desenvolvimento humano sustentável, tanto do ponto de vista social quanto ecológico, há de prevalecer.

A VIDA AMEAÇADA

“Havia um homem rico que se vestia de púrpura e linho fino e que fazia diariamente brilhantes festins. Um pobre, chamado Lázaro, jazia coberto de úlceras no pórtico de sua casa.” (Lc 16,19-21)

O número dos pobres é incontável

43. O início da parábola do homem rico e do pobre Lázaro não retrata apenas a injusta desigualdade que marcava a sociedade na época de Jesus, mas descreve também com perfeição a situação da sociedade brasileira e mundial nos dias atuais.

Um bom número de brasileiros, na última década, saiu do estado convencionalmente definido de pobreza, mas o Brasil confirma hoje a realidade de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza.

Segundo o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS, em 2007 existiam no Brasil 10,7 milhões de indigentes (ou seja, famintos), e 46,3 milhões de pobres (ou seja, sem acesso às necessidades básicas, alimentação, habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, entre outras), considerando o valor dos bens em cada local pesquisado¹³.

A população brasileira que vive em estado classificado tecnicamente como de extrema pobreza continuará a ser indigente. Pessoas nascidas economicamente indigentes correm o risco de assim continuar. Tais pessoas não conseguem, de modo geral, quebrar esse círculo vicioso, a não ser que a sociedade se organize de outro modo, colocando acima dos interesses de mercado o ser humano.

¹³ Cf. http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915. Acesso em 20 de agosto de 2009.

44. Não se apresenta melhor, quanto à divisão dos bens, a situação do pequeno planeta Terra. A globalização e a liberalização, como motores do crescimento econômico e o desenvolvimento dos países, não reduziram as desigualdades e a pobreza nas últimas décadas.

Crise Global leva 100 milhões de pessoas a passar fome, diz ONU.

A crise econômica global levará 100 milhões de pessoas à pobreza este ano, em função de perdas de empregos e redução de ganhos, levando um sexto da população mundial à fome, disse uma agência da ONU na sexta-feira.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO prevê que o número de pessoas que passam fome chegará a um recorde de 1,02 bilhão este ano, sendo esta situação exacerbada pela alta persistente dos preços dos produtos alimentícios básicos, a partir da crise alimentícia de 2006-2008.

A desaceleração econômica mundial não destruirá apenas os modos de subsistência no mundo em desenvolvimento, onde vivem quase todos os famintos do mundo, como também reduzirá em cerca de um quarto os gastos dos países ricos com ajuda humanitária, justamente quando esta é mais necessária, alertou a FAO.

"A crise silenciosa da fome cria um risco grave para a paz e segurança mundial", disse o diretor geral da FAO, Jacques Diouf. "Precisamos urgentemente formar um consenso amplo para a erradicação total e rápida da fome."¹⁴

45. Diante desse quadro que nos apresenta os pontos extremos de uma desigualdade que perpetua a presença de pobres e famintos, como Dom Helder Câmara, perguntamo-nos todos: por que tanta

¹⁴ Cf. http://www.estadao.com.br/internacional/not_int389901,0.htm. Acesso em 20 de agosto de 2009.

desigualdade? Por que tantos indigentes? **E é aos pobres do Brasil e do mundo que se dirige, em primeiro lugar, a atenção dos cristãos e cristãs nesta Campanha ecumênica.** Queremos estender mãos fraternas a todas as pessoas que buscam o necessário para viver dignamente e juntos caminhar com os que trabalham sem ganhar o necessário, com os enfermos que não conseguem remédios e cuidados, com os moradores de rua sem-teto, os acampados sem terra, os desempregados e famintos. Com o coração, a palavra e a ação, igrejas cristãs, religiões e pessoas de boa vontade se comprometem a fazer tudo quanto esteja ao seu alcance, para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Os pobres não são apenas destinatários de nossa compaixão

46. É verdade que é preciso promover, com urgência e eficiência, os direitos dos pobres e organizar a sociedade de modo a lhes facilitar o ingresso na cidadania plena. Entretanto, é importante também valorizá-los, mesmo em sua pobreza, como pessoas capazes de dar-nos lições de vida, gerando ao invés do preconceito o respeito. A vida sofrida de tantas famílias que lutam, não só para sobreviver, mas também para dar um futuro melhor a seus filhos e filhas, é fonte de edificantes exemplos para a vida vazia de muitos que ostentam sinais de prosperidade. Em vez de considerar “importantes” só os bem vestidos que esperam até certa reverência pela sua posição social, seria preciso aprender a admirar os pobres, aqueles que lutam com muito menos recursos e se tornam em um sentido bem mais profundo grandes pessoas. Com seu trabalho constroem os alicerces da vida em sociedade, em atividades diversas. Não precisam apenas ser socorridos, mas também devem ser ouvidos, levados a sério, valorizados em suas capacidades e potencialidades. Com isso todos ganhariam, também os que não são hoje pobres, porque seria melhor este único mundo onde todos têm o direito de viver. Foi com este espírito que Dom Helder Câmara compôs o seguinte poema, baseando-se na parábola evangélica do rico e do pobre Lázaro:

APELO A LÁZARO

Pelo amor que tenho aos ricos

– a quem não devo julgar,

a quem não posso julgar

e que custaram

o sangue de Cristo –

eu te peço, Lázaro,

não fiques nas escadas

e não te deixes enxotar...

Irrompe banquete adentro,

vai provocar náuseas

nos saciados convivas.

Vai levar-lhes

a face desfigurada de Cristo

de que tanto precisam

sem saber e sem crer.¹⁵

Um sonho de todas as pessoas

47. A pobreza não é uma fatalidade nem o resultado de fenômenos naturais, tais como enchentes ou a seca, que sem dúvida desafiam as capacidades humanas. Os seres humanos organizam-se em sociedade para fazer frente, juntos, às necessidades da vida. Na cooperação solidária podem aumentar as possibilidades de desenvolvimento de sua personalidade, desenvolvendo suas

¹⁵ Cf. Câmara, H. P. *Mil Razões para Viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

potencialidades, não apenas no campo material, mas também no nível intelectual, afetivo e espiritual. Todos querem, com razão, desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa, como indivíduos e como membros da sociedade, pondo em ação o potencial de dons que Deus a todos distribuiu. Isso é um direito universal e uma necessidade que implica o bem de toda a sociedade.

Obstáculo a ser superado

48. Mas a economia política moderna assenta-se sobre os pilares do interesse individual e de uma falsa ética utilitária. Estão de um lado os consumidores, que procuram satisfazer desejos e atender a preferências e interesses individuais. Do outro lado ficam os empreendedores e agentes financeiros, que buscam a maximização do lucro. A produção de mercadorias, sua lógica de venda e consumo deu origem à sociedade capitalista, onde predomina o aspecto financeiro. Uma importante parcela da moderna economia capitalista é meramente virtual, decorrente de vultosas movimentações financeiras, não gera bens e produtos em benefício da sociedade, servindo apenas para o enriquecimento de uns poucos com o fruto da especulação financeira. O ciclo completo da moderna economia política é um mundo autossuficiente, fechado a qualquer consideração ética sobre a vida e a conservação da natureza, sobre a justiça e a esperança humana. Valores éticos não são considerados nesta ciência que visa a qualquer custo o lucro. A evolução da história, a miséria em que vive grande parte da humanidade, põem em questão o rigor e a seriedade dessa ciência e a bondade das políticas econômicas voltadas mais para o crescimento e a acumulação da riqueza do que para um verdadeiro desenvolvimento.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas - ONU, sobre a campanha das Metas do Milênio, os bancos ganharam mais dinheiro em 2008 do que todas as nações pobres do mundo em 50 anos. R\$ 4 bilhões foram doados pelos países ricos às nações pobres e miseráveis.

Já as instituições financeiras ganharam nove vezes mais, cerca de R\$ 35 bilhões para salvá-los da falência. A crise econômica deve, segundo a ONU, piorar a situação dos países pobres e em desenvolvimento. A fome, a desnutrição e a pobreza devem aumentar em todo mundo. Em 2008, 915 milhões de pessoas passavam fome no mundo. Recentemente, esse número chegou a um bilhão de pessoas.¹⁶

Um desenvolvimento desequilibrado

49. Resultados contraditórios de nossa história constantemente demonstram que as políticas econômicas visaram proteger o patrimônio e os investimentos dos ricos do que cuidar da vida dos pobres. Nossa história colonial foi construída com o uso de escravos, considerados mercadoria, e fonte de renda. Assim, povos de outras etnias e culturas faziam a riqueza do europeu colonizador. Esse não tomou em nenhuma consideração a condição humana dessas etnias, sua dignidade, sua cultura e suas necessidades. Algumas leis foram aprovadas, pavimentando o caminho para a chamada Lei Áurea. Libertamos mesmo os escravos? Ou simplesmente os abandonamos dentro da sociedade para serem explorados de outra maneira? Quem pode ser livre se não tem meios para viver? Assim, ao invés da escravidão legal, instalou-se a humilhação, o abandono e continua, de outra forma, a exploração de trabalhadores “sobrantes”. A esses deve-se somar o crescente número de imigrantes, dando continuidade ao trabalho escravo e à criação de novas formas de exploração. Cultivou-se o preconceito de que os trabalhadores agora disponíveis eram pessoas sem valor e sem iniciativa, culpados por sua situação de gente sem direitos. E os antigos donos de escravos continuaram a ser tratados como pessoas de “alto nível”, como se o dinheiro fosse por si só fonte de mérito.

¹⁶ http://www.radioagencianp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7108&Itemid=43. Acesso em 20 de agosto de 2009.

O Brasil tem nona maior taxa de analfabetismo da América Latina. O Brasil ocupa a nona posição no ranking de países com maior taxa de analfabetismo da América Latina e do Caribe. A pesquisa mostra que a taxa de analfabetismo brasileiro (11,1%) é superior à média dos países da região (9,5%). O Brasil perde para Haiti, Nicarágua, Guatemala, Honduras, El Salvador, República Dominicana, Bolívia e Jamaica em número de pessoas que não sabem ler nem escrever¹⁷.

50. A República Brasileira foi construída reforçando a riqueza e o poder privado da classe dominante. Essa, para conservar seus bens, recorreu a longos períodos de autoritarismo. O projeto brasileiro de industrialização, chamado desenvolvimentismo, foi construído na base da cumplicidade entre os detentores do poder e da riqueza, do Estado e de dinheiro estrangeiro, à custa de empregados mal remunerados e da massa dos pobres impossibilitados de usufruir dos resultados do crescimento do país. O desenvolvimentismo fracassou politicamente e deixou como herança ao povo brasileiro dívidas públicas enormes – interna e externa – que são pagas, direta ou indiretamente, pela população, tanto por meio dos elevados tributos pagos e embutidos em tudo que consome, como por meio dos serviços públicos subtraídos ou negados por falta de recursos que são canalizados ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. E o mais grave é que a população que está pagando essa elevada conta sequer sabe o que está pagando, pois a auditoria da dívida prevista na Constituição Federal nunca foi realizada.

As grandes dívidas

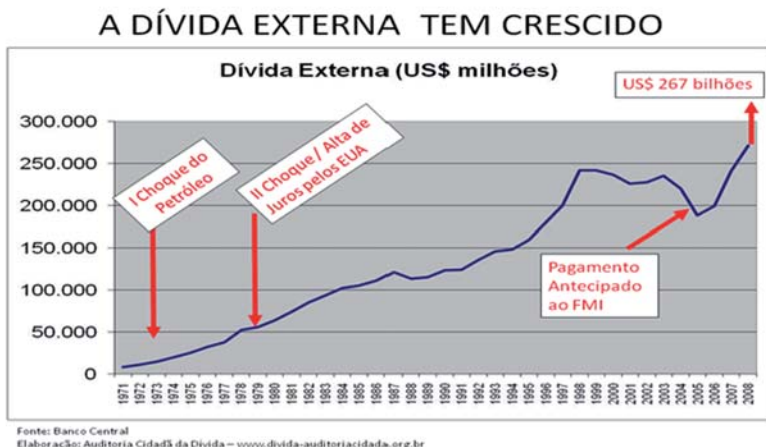
Apesar dos gastos com juros e amortizações da dívida pública consumirem mais de 30% dos recursos orçamentários do país, essas

¹⁷ Cf. Clarice Spitz: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u332044.shtml>, acesso em 20 de agosto de 2009.

dívidas não param de crescer: A Dívida Interna alcançou a gigantesca cifra de **R\$ 1,6 Trilhão** em dezembro de 2008, tendo apresentado crescimento acelerado nos últimos anos.

A Dívida Externa cresceu US\$ 26,5 bilhões em 2008, atingindo US\$ 267 bilhões.

Os gráficos abaixo ilustram a evolução dessas dívidas:



51. No século XXI, o Brasil volta a crescer em período de democracia, segura a estabilidade da moeda e busca aumentar a distribuição de renda, mas não consegue diminuir a dívida social acumulada. O crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, expresso em médias nacionais – não é sinônimo de boa distribuição dos recursos entre os diversos grupos sociais. Os pobres continuam lesados nos seus direitos. O Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, é o exemplo mais recente no Brasil. Não basta crescer no volume global de recursos se os pobres não chegam a alcançar às condições a que todo ser humano tem direito.

No Ceará, quase um milhão de pessoas estão mergulhadas em extrema indigência. Entre nascimentos de risco e óbitos prováveis, são 991.120 pessoas que tentam seguir vivendo com 1/8 de salário mínimo por mês. Representam 11,86% da população do Estado, que agora ocupa o 3º lugar no ranking da indigência no país. Só perde para a Bahia, triste campeã com 1,274 milhão, e para o Maranhão, com 1,078 milhão de habitantes em situação de extrema indigência¹⁸.

52. As fracas políticas de reforma agrária falharam nos seus objetivos de reduzir a concentração da terra e também falharam em oferecer condições de vida digna e trabalho a milhões de famílias de trabalhadores que foram expulsos da terra por meios corruptos e violentos, ou por tragédias climáticas. Há uma intensa e contínua expansão do agronegócio e de várias formas de atividade econômica, baseadas no uso irresponsável dos recursos naturais. Terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas foram tomadas, invadidas, servindo a fortes interesses econômicos. Além disso, tomamos conhecimento todos os dias de uma deplorável série de formas de corrupção, com políticos que usam seu cargo para obter lucro e privilégio para si e para seus aliados, colocando interesses econômicos acima das reais necessidades do povo.

¹⁸ Jornal Diário do Nordeste, 04 de julho de 2009.

Na raiz da desigualdade social está a concentração de terras rurais nas mãos de poucas famílias ou empresas. Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis – de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Em outras palavras, a área ocupada pelos estados de São Paulo e Paraná juntos está nas mãos dos 300 maiores proprietários rurais, enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de chão para plantar¹⁹.

A degradação do meio ambiente

53. Quanto à relação com a natureza, o desenvolvimento econômico brasileiro caminha na contramão da história. Recentemente os governos implementaram políticas que vão na direção contrária às preocupações da humanidade, ao incentivar o agronegócio, não impedindo o desmatamento e as queimadas, assim colocando o Brasil no alto da lista dos países mais poluidores da atmosfera e das águas.

54. São visíveis os sinais que confirmam o consenso dos cientistas em relação ao estado do planeta Terra. A ganância e a falta de cuidado com o sistema natural, o desleixo e a exploração predatória dos ecossistemas e biomas ameaçam a própria produção agrícola, as condições ambientais de vida e o desenvolvimento humano. Esse uso irresponsável dos recursos do meio ambiente não somente ameaça a capacidade de alimentação e de vida dos atuais habitantes do Planeta, mas também põe em risco a vida das gerações futuras. É verdade que são os países ricos os que mais deterioram o meio ambiente. Mas é verdade também que países,

¹⁹ Cf. Fabiana Vezzali <http://www.sasp.org.br/index.php/notas/75-concentracao-de-terras-na-mao-de-poucos-custa-carro-ao-brasil.html>. Acesso em 20 de agosto de 2009.

como o Brasil, não podem defender o direito de poluir, desmatar, destruir o patrimônio natural, com o argumento de que os países ricos assim fizeram e continuam fazendo com o resto do mundo. Desse modo, participaríamos de um suicídio coletivo, destruindo a única reserva vital do universo até agora conhecida, que é este pequeno planeta em que nós vivemos.

Brasil é o quarto emissor mundial de gases do efeito estufa, aponta WWF

A Hora do Planeta, o manifesto que será realizado hoje (28) em 84 países do mundo, como alerta para os efeitos das mudanças climáticas, tem um significado especial para o Brasil, por deter as maiores áreas ainda preservadas de florestas tropicais do planeta, mas que aparece como o quarto maior emissor de carbono – o principal gás do efeito estufa. A avaliação é da superintendente de Desenvolvimento Organizacional da organização não-governamental WWF, Regina Cavini. ...“O Brasil é o quarto emissor de gases de efeito estufa no mundo e a principal causa da emissão no país é o desflorestamento e as queimadas na região Amazônica”, afirmou Regina²⁰.

As condições de trabalho

55. O trabalho humano é elemento essencial de todo desenvolvimento e assume uma importância decisiva nas questões sociais no sentido de tornar a vida mais humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela ONU em 1948 traz em seu artigo 23, o Direito ao Trabalho como um dos direitos básicos do homem. O direito ao trabalho, visto não só como acesso à ocupação mas também como emprego de qualidade, está presente atualmente na ideia de trabalho decente. A Organização Internacional

²⁰ Cf. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/03/27/materia.2009-03-27.4646202025/view>. Acesso em 20 de agosto de 2009.

do Trabalho - OIT estabelece que o trabalho decente “é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho”. Neste sentido, a agenda do trabalho decente está estruturada em quatro eixos: a criação de emprego de qualidade, a extensão da proteção social, a promoção do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho (como a liberdade de associação e organização sindical, a eliminação do trabalho forçado, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação na ocupação e na renda).

O salário mínimo, do qual a remuneração média e os pisos salariais definidos nas negociações coletivas têm se aproximado, apesar da importante valorização nos últimos anos, ainda não é compatível com o que a Constituição Federal prevê. Em maio de 2009, o DIEESE, com base no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, calculava que o salário mínimo oficial (R\$ 465,00) correspondia a cerca de 20% do salário mínimo necessário (R\$ 2.045,00). No entanto, o mínimo deveria ser capaz de atender as necessidades vitais básicas de uma família de dois adultos e duas crianças²¹.

56. No Brasil, a exploração do trabalho infantil e do trabalho escravo são ainda chagas vergonhosas. A organização do trabalho permanece precária: temos trabalho escravo, trabalho informal, trabalho formal, subemprego, desemprego, trabalho sazonal e estratégias de sobrevivência derivadas da miséria e da fome. Predomina o trabalho informal, inseguro, instável e não protegido pela lei. As lutas dos trabalhadores, homens e mulheres, e os esforços dos sindicatos têm levado ao reconhecimento de direitos que muitas vezes, porém, acabam sendo ignorados. A eliminação

²¹ Cf. <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em 20 de agosto de 2009

permanente de postos de trabalho, as dificuldades de acesso ao emprego e o surgimento de novos processos de exclusão social, o enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores e de suas penosas conquistas, desafiam o ideal de cidadania ligada ao trabalho. Os pobres devem inventar de tudo para sobreviver. Esse esforço cotidiano do povo que organiza sofrendo o seu dia-a-dia é que produz o pão abençoado para sustentar a vida.

Enquanto muitos consomem o que não é necessário...

Crianças de favelas do Rio têm risco dez vezes maior de morrer, diz ONG

Crianças moradoras de favelas do Rio de Janeiro têm dez vezes mais chances de morrer antes dos cinco anos do que as que moram em outras áreas da cidade, segundo um relatório divulgado nesta terça-feira pela organização *Save The Children*. O Brasil ainda ocupa a sexta posição em um ranking que lista os dez países com maior número de crianças que não contam com tratamentos de saúde adequados. Com base em dados de 2006, a organização aponta que a população brasileira de crianças com menos de cinco anos contabilizava cerca de 18 milhões, das quais 7,9 milhões (44%) não tinham acesso aos sistemas de saúde (*da BBC Brasil*)²².

Poder e direitos sociais

57. Os processos de desenvolvimento econômico deveriam implicar em uma redistribuição dos benefícios, mas deveria haver também uma partilha do poder entre os diversos atores sociais. Trabalhadores, desempregados, famílias carentes, jovens sem oportunidade de se desenvolver – e tantos outros – precisariam ser ouvidos e levados em conta na hora das decisões.

²² Cf. http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac168256,0.htm. Acesso em 20 de agosto de 2009.

58. O povo brasileiro, depois de longos anos de sofrimento e de luta, finalmente restabeleceu o estado democrático. São metas importantes, segundo a Constituição Federal de 1988: erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos ou discriminação, “educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e infância, assistência aos desamparados” (Art. 3º e 6º). Mas visivelmente o país não chegou a isso e não é possível assistir passivamente à privação de direitos tão importantes.

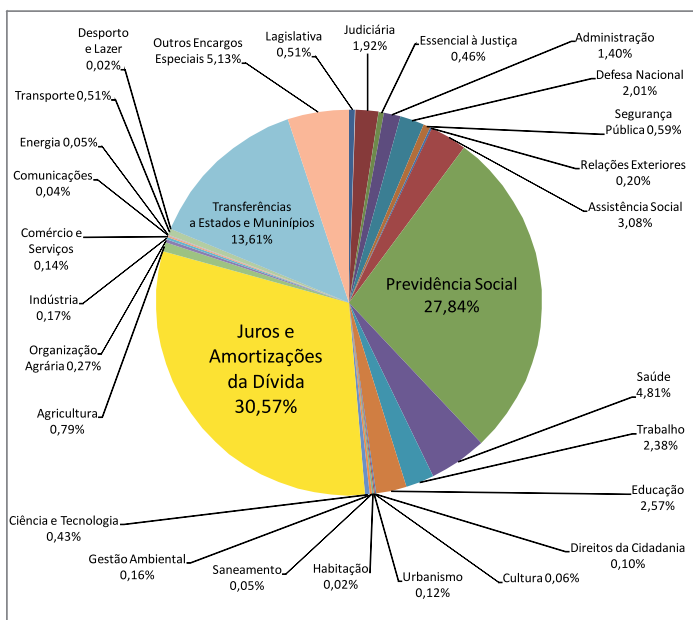
Respostas do Estado

59. Um dos maiores problemas nacionais, que impede o respeito aos direitos fundamentais previstos em nossa Constituição Federal, é a dívida pública federal, que a cada dia esgota a capacidade de investimento dos recursos públicos em áreas de crescimento social, consumindo o pagamento de juros e amortizações de uma dívida – nunca auditada – a maior fatia dos recursos arrecadados por meio dos tributos, como nos mostra o seguinte gráfico:

60. Orçamento Geral da União – 2008 – Por função²³

Ao compararmos o percentual despendido com a dívida pública de 30,57%, no orçamento da União de 2008, com os 11,73% correspondente à soma dos gastos com saúde (4,81%), educação (2,57%), Assistência Social (3,08%), Habitação (0,02%), Segurança Pública (0,59%), Organização Agrária (0,27%), Saneamento (0,05%), Urbanismo (0,12%), Cultura (0,06%), Gestão Ambiental (0,16%), nos reportamos a lógica, na qual vidas são colocadas à disposição da economia.

²³ Cf. <http://www.divida-auditoriacidada.org.br>. Acesso em 20 de agosto de 2009.



Fonte: SIAFI: www.divida-auditoriacidada.org.br

A cultura do consumismo

61. A economia é apenas uma parte de uma cultura, mas influencia decisivamente o modo de vida das pessoas. Vivemos em uma economia de mercado que coloca o aspecto financeiro acima de todos os demais e transforma tudo em mercadoria, que valoriza pessoas pelo seu padrão de consumo, que cria vícios de acúmulo do supérfluo como forma de alguém se sentir importante. Isso ameaça pobres e não-pobres, sacrifica famílias, deforma valores e torna as pessoas vulneráveis a uma propaganda consumista insaciável.

62. O modelo de conduta é estabelecido pelas estratégias financeiras e empresariais, cuja única finalidade é maximizar o lucro e satisfazer a ganância ilimitada. A pessoa humana não tem valor a não ser o de mão-de-obra na produção capitalista, consumidora de produtos para o lucro das empresas e pagadora de impostos. Esse modelo de relações econômicas e sociais impõe também suas

leis à política e, por meio dessa, ao Estado. Há também igrejas que se deixam prender por essa mentalidade e transformam os bens religiosos em mercadoria. Neste clima faz sucesso a chamada “teologia da prosperidade”, que transforma até a oração numa forma de comércio com Deus.

63. O consumismo é fortemente induzido pela propaganda. Formou-se uma mentalidade de que quanto mais se consome mais se tem garantias de bem-estar, de prestígio e de valorização, já que na atualidade as pessoas são avaliadas pelo que possuem e não pelo que são. Muitas pessoas compram produtos e serviços sem necessidade, num processo de compulsão, para estar na moda, para mostrar que podem mais. Deixam de usar objetos comprados há algum tempo, não conseguem sair do centro comercial sem comprar algo, sentem-se mal quando alguém usa um objeto mais moderno que o seu. Muita violência praticada por adolescentes, mais vulneráveis, tem aí a sua origem. Pais passam necessidades para atender as exigências consumistas dos filhos. Nesse clima, cresce também um desprezo por aqueles que não conseguem usar o que está valorizado no momento. E, é claro, os produtos são rapidamente dispensados, considerados obsoletos pela propaganda, para dar lugar a um novo consumo. Isso não acontece por acaso, é estratégia de mercado. A cultura do descartável, além de poluir o planeta, cria uma mentalidade de substituição compulsiva em que nada deve ser “durável”.

Novos caminhos e participação popular

64. Um caminho de séculos fortaleceu o poder que liga os grupos mais ricos e influentes ao poder do Estado. A economia assim chamada de mercado passou a ditar as políticas econômicas a serem adotadas pelo Estado. Elas reproduzem a mentalidade da acumulação de riqueza de setores financeiros e empresariais e o enriquecimento individualista sem limites. Essa prática tem ampliado injustiças, desrespeitado a natureza e vem provocando crises sucessivas que denunciam o profundo descontrole do próprio sistema capitalista, cujas consequências frustram as esperanças

do desenvolvimento humano. Alianças são feitas visando sempre o interesse das grandes empresas e bancos, nacionais e estrangeiros. O povo não consegue ser ouvido, mas a pressão dos grandes interesses econômicos sempre tem um peso considerável. “É preciso atrair capitais” – dizem, ainda que tais capitais não promovam qualquer benefício ao país, mas sejam agentes de movimentos especulativos e predatórios. A política econômica zela pelos lucros do setor privado.

Nobel da Paz pede sistema financeiro para o povo

O economista Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz de 2006, afirmou nesta terça-feira em Tóquio que a crise econômica mundial abre a possibilidade para o desenvolvimento de um sistema financeiro para o povo, não para os ricos. Yunus, criador de um sistema de microcrédito, afirmou que a atual crise financeira “não é a única crise da atualidade” e não deve ocultar outras surgidas antes, como as da alimentação, energia e clima. “Todas as crises têm a mesma origem, surgiram de falhas estruturais de nosso sistema”, afirmou Yunus, para quem “a economia atual está orientada apenas para a busca de um máximo de lucro”²⁴.

65. A consequência do longo período de acumulação da riqueza e concessões feitas ao povo para evitar crises sociais foi acompanhada também por um processo de domesticação, que faz com que o povo, desacostumado de ter vez e voz, acabe considerando como favor aquilo que deveria ser seu por direito. Diante disso, precisamos pensar no papel da educação, principalmente a partir da realidade familiar, em vista do exercício da cidadania, levando cada pessoa a assumir a sua responsabilidade social, tornando-se capaz de ações transformadoras da sociedade. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver o senso crítico diante dos falsos valores que fundamentam

²⁴ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u535905.shtml>. Acesso em 20 de agosto de 2009.

uma sociedade individualista, consumista e competitiva, veiculada principalmente através dos meios de comunicação social.

66. Movimentos sociais, igrejas (que também fazem parte da sociedade e (a partir daqui a letra está maior!) devem desenvolver sua função social), organizações não-governamentais, têm resistido a esse crescimento econômico selvagem, defendendo o valor e a dignidade da pessoa, reclamando por direitos, organizando campanhas e propondo mudanças. A própria Campanha da Fraternidade, que há 46 anos mobiliza Igrejas e sociedade, é um sinal dessa luta incansável do povo. As Campanhas políticas pelas “Diretas já!” e pela Constituinte mobilizaram a sociedade brasileira. Os lavradores e lavradoras, organizados em movimentos pela Reforma Agrária, têm levado suas reivindicações até limites extremos, pagando até mesmo com a própria vida. Não podemos ignorar o protagonismo de negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, mulheres, entre outros, na busca de justiça social e garantia de direitos. A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, surgida em 1993 como uma mobilização de caráter nacional, buscou para o problema da fome e da cidadania as possíveis soluções e alternativas, propondo uma rede de solidariedade e ajuda mútua, tentando refazer os vínculos entre indivíduos e grupos sociais. As Semanas Sociais Brasileiras e os encontros que articulam Fé e Política mobilizaram Igrejas e movimentos sociais apontando as características do Brasil que o povo quer. Das Semanas Sociais derivaram as campanhas contra a ALCA e pela Auditoria Cidadã da Dívida e o Grito dos Excluídos que, a cada ano, em 7 de setembro, clama pela justiça. Práticas de economia solidária se espalham pelo país viabilizam geração de empregos, partilha e a troca saudável de produtos e bens necessários à vida digna para todos. Também as iniciativas de economia de comunhão nas empresas introduzem princípios de justiça no lucro.

67. As dificuldades para defender os direitos do povo e atender a suas necessidades básicas são cada vez mais expressivas. No movimento sindical, que vem se tornando cada dia mais complexo, acompanhando a nova realidade do mundo do trabalho, também há muitos desafios que precisam ser superados. Muitas ONGs,

apesar do mérito de manterem vivas as exigências dos direitos sociais, não conseguem a necessária articulação das forças sociais. Organizações civis que permitem uma maior participação popular precisam de apoio e de clareza de objetivos. O aparelho estatal não pode ser o único agente de transformação da sociedade. É preciso uma política para o enfrentamento da desigualdade social e da miséria que envolva todas as organizações da sociedade.

Apelo às Igrejas

68. Diante dessa situação, que prejudica a vida de um grande número de pessoas não somente no Brasil, mas no mundo inteiro, o CMI tem chamado as Igrejas à conversão: “Nós, igrejas e crentes, somos chamados a encarar a realidade do mundo a partir da perspectiva das pessoas, particularmente das pessoas oprimidas e excluídas. Somos chamados a ser comunidades não-conformistas e transformadoras. Somos chamados a nos deixar transformar mediante a libertação das nossas mentes da postura imperial dominadora, conquistadora e egoísta, assim praticando a vontade de Deus (de acordo com a Torá), a qual é cumprida em amor (*ágape*, em grego) e solidariedade (Rm 13, 10, 1; Jo 3,10-24). Comunidades transformadoras são transformadas pela graça amorosa de Deus. Elas praticam uma economia de solidariedade e compartilhamento... Na qualidade de igrejas somos chamados a criar espaços para a transformação e nos tornar agentes de transformação, mesmo se estivermos enredados e mancomunados com o próprio sistema a cuja mudança somos chamados... Somos chamados a estar juntos com o povo que sofre e com a Criação que geme, em solidariedade com aqueles e aquelas que estão construindo comunidades alternativas de vida. O lugar das igrejas é onde Deus está atuando, Cristo está sofrendo e o Espírito está cuidando da vida e resistindo aos principados e poderes destrutivos. As igrejas que se mantiverem distantes desse lugar concreto do Deus Triúno não podem afirmar que são igrejas fiéis”²⁵.

²⁵ CMI, *Globalização Alternativa comprometida com a humanidade e o planeta – Um documento de base*, Genebra 2005, p. 6-7.

ECONOMIA PARA A VIDA

“Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro” (Mt 6, 24)

69. A economia existe para a pessoa e para o bem comum da sociedade, não a pessoa para a economia. Tem havido uma inversão de valores. A economia é simplesmente um instrumento que deve estar a serviço das pessoas e não o contrário. O lema desta Campanha, a afirmação de Jesus registrada no Evangelho segundo Mateus: **“Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”** (Mt 6, 24), nos propõe uma escolha entre os valores do plano de Deus e a rendição diante do dinheiro, visto como valor absoluto dirigindo a vida. O problema não é dinheiro em si, mas o uso que dele se faz. É útil como instrumento destinado ao serviço e intercâmbio de bens de uso, mas não pode ser o supremo comandante dos nossos atos, o critério absoluto das decisões dos indivíduos e dos governos. Deve ser usado para servir ao bem comum das pessoas, na partilha e na solidariedade.

70. Nossa atitude diante do dinheiro mostra muito o tipo de pessoa que somos. Por isso Jesus diz: “Onde estiver o teu tesouro, ali também estará o teu coração” (Mt 6, 21). Se o enriquecimento e a acumulação continuam a ser o sonho de nossa sociedade, os valores se invertem e colocamos em segundo plano a pessoa, sua vida, sua dignidade seu bem-estar. A relação com Deus e todas as demais aspirações humanas acabam por serem rebaixadas a valores secundários. Vemos assim que a acumulação, o não repartir, tem profundas consequências espirituais.

Um sistema econômico para todas as pessoas

71. Uma economia baseada no individualismo e na acumulação de bens materiais afasta-se radicalmente do projeto de Deus,

expresso em toda a Bíblia. Deus quer o bem de todos – não se poderia esperar outra coisa de alguém que é Pai, que cria todas as coisas por amor. Uma economia que ignore esse fundamento religioso não estaria só negando o sentimento religioso de nosso povo. Seria também inaceitável até para as pessoas de boa vontade, que não pertencem a nenhuma denominação religiosa, mas que se percebem como membros de uma grande e única família humana, que entendem que não há alternativa: ou vivemos solidariamente como irmãos ou seremos todos infelizes num mundo trágico.

72. Uma correta escala de prioridades revela onde de fato está o nosso coração e se manifesta em diferentes campos de nossa vida. A Palavra de Deus nos convida a avaliar o que fazemos em vários âmbitos:

- No âmbito social, a Bíblia nos mostra profetas acusando reis e gente poderosa que enriquece à custa do povo e não cuida bem daqueles a quem deveriam servir (Is 3,13-15; Jr 5,27-29; 8,11-12; Ez 34,2-4; Am 3,10).
- No âmbito comunitário, a Bíblia tem propostas para a convivência, como, por exemplo, a diária do trabalhador que deve ser paga no mesmo dia, pois ele precisa disso para viver (Ex 19,13), e o socorro ao pobre que estiver por perto (Dt 15,7-11).
- No âmbito pessoal, cada um é chamado a não praticar corrupção, afastar-se da desonestidade e viver a partilha no amor fraterno (veja, por exemplo, os conselhos de João Batista aos que o procuram – Lc 3,10-14). (perguntar se pode acrescentar?)
- No âmbito eclesial e da prática religiosa, Deus quer primeiro a justiça e a fraternidade. Só assim ele aceita o culto que lhe é oferecido no templo (cf. Am 5,24). A Carta de Tiago lembra que igreja não é lugar para privilegiar pessoas tendo como critério sua condição social (Tg 2,1-10).

73. A maneira como são atendidos os órfãos, as viúvas e os estrangeiros é apresentada na Bíblia como “termômetro” da fidelidade do povo em relação a Deus. Naquela sociedade, órfãos, viúvas e estrangeiros eram os próprios símbolos do desamparo. Hoje, além deles, deveríamos incluir os meninos de rua, os migrantes, os sem renda e outros tantos. Se esses não são atendidos, nosso culto a Deus é vazio.

A Bíblia e o bem comum

74. No contexto de uma sociedade agrícola, a Bíblia regula e limita a compra e venda de bens, o cultivo da terra e a criação de animais, colocando toda atividade econômica no âmbito das relações de Deus com Israel. Na ocupação da terra prometida, a terra é repartida de comum acordo entre as tribos, cada uma recebendo a extensão necessária para seu bem-estar. Só a tribo de Levi, que será incumbida do serviço ao Senhor, não recebe terra, mas receberá o sustento da contribuição das outras tribos, pois estará a serviço delas diante de Deus (cf. Js 14 e 19). Essa distribuição fraterna de terra, feita diante de Deus, é um primeiro sinal da justa repartição dos bens que Deus deseja para seu povo na terra prometida. Mas como, apesar dessa justiça inicial, com o passar do tempo, alguns se endividaram, empobreceram, perderam os bens necessários para sua sustentação, a lei bíblica criou o “ano sabático” e o “ano do jubileu”. Assim, diz o Deuteronômio 15,1: “Cada sete anos farás a remissão das dívidas.” – e então todo credor deixará de cobrar o que foi emprestado e “não haverá pobres em teu meio” – diz o Senhor. E, a cada cinquenta anos, quem tiver perdido sua terra pode retomar a posse de que perdera” (Lv 25,8-17). Deus não quer nenhum de seus filhos sem meios de sobreviver com dignidade e de se desenvolver.

“Declarareis santo o quinquagésimo ano e proclamareis na terra a libertação para todos os habitantes; será para vós um jubileu; cada um de vos voltará ao seu patrimônio e cada um de vós voltará ao seu clã. Será um jubileu para vós o quinquagésimo ano” (Lv 25,10-11).

O descanso da Terra

75. O livro do Gênesis, no relato dos seis dias da criação do mundo, afirma que o homem e a mulher foram criados à imagem e semelhança de Deus. Deveriam crescer e multiplicar-se, viver em fraternidade e cuidar da criação, mas como seres criados à imagem e semelhança do Criador. À semelhança de Deus, devem amar o que foi criado, zelar por essa obra, e não destruí-la ou usá-la de forma irresponsável ou egoísta. O ano sabático e o jubileu incluem a responsabilidade com a Terra de onde os seres humanos colhem os recursos para seu sustento.

76. A Bíblia quer que se cuide bem da terra: o ano sabático é também um ano em que não se semeia, para que a terra se recomponha e continue fértil (Lv 25,1-6). O destino da Terra está diretamente ligado ao modo de ser e de agir das pessoas. A terra também precisa descansar. As suas riquezas não são ilimitadas nem tudo que nela existe é renovável. Estamos numa época em que ocorrem mudanças climáticas alarmantes provocadas por ações humanas e opções de política econômica que levam à devastação da natureza e ao consumo desenfreado. Milhões de pessoas no mundo já não têm acesso à água potável e o futuro se apresenta ameaçador para toda a humanidade. Aprofunda-se a consciência de que a defesa dos recursos hídricos e a atenção à mudança climática são preocupações de grande importância para toda a família humana e cresce o nosso compromisso de trabalhar intensamente em favor de um respeito cada vez maior pelas maravilhas da Criação divina.

“O Senhor disse a Moisés no monte Sinai: “Dize aos israelitas o seguinte: quando tiverdes entrado na terra que vos hei de dar, a terra repousará: este será um sábado em honra do Senhor. Durante seis anos semearás a tua terra, durante seis anos podarás a tua vinha e recolherás os seus frutos. Mas o sétimo ano será um sábado, um repouso para a terra, um sábado em honra do Senhor: não semearás

o teu campo, nem podarás a tua vinha; não colherás o que nascer dos grãos caídos de tua ceifa, nem as uvas de tua vinha não podada, porque é um ano de repouso para a terra.” (Lv 25,1-6).

77. A Bíblia apresenta Deus como senhor e doador dos bens da Criação: “Do Senhor é a terra e suas riquezas, o mundo e seus habitantes” (Sl 24,1 e 1Cor 10,26). É Deus quem entrega a terra aos seres humanos. Nós a recebemos para nela viver um tempo e passá-la às gerações futuras. “Darei em propriedade perene a ti e à tua descendência depois de ti, a terra das tuas migrações” – diz Deus a Abraão (Gn 17,8). A Deus são oferecidas as primícias da terra como ato de culto e reconhecimento de seu direito como senhor de tudo (Dt 26,10). A criação não é propriedade dos seres humanos, mas os seres humanos pertencem à criação e a criação é de Deus. Sendo de Deus, ela deve servir igualmente a todos os seus filhos e filhas. Que Pai ficaria contente vendo um filho se apropriar de tudo que é da família e deixando os irmãos na miséria?

A Bíblia quer justiça para os pobres

78. Na história humana, marcada por ambições, explorações, injustiças e ganância, a Bíblia se volta decididamente para a defesa dos pobres: “Não falsificarás o direito do pobre no seu processo” (Ex 23,6). Contra a acumulação da riqueza, que deixa os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, Isaías, como outros profetas, dá seu grito de protesto: *“Ai dos que juntam casa a casa, campo a campo, até ocuparem todo o lugar e serem os únicos a morar no meio da terra”* (Is 5,8).

79. O respeito ao direito do pobre, nos textos bíblicos, é uma exigência básica da fidelidade a Deus. Sem isso, Deus não aceita nenhum tipo de conversa, oração, louvor: “Aprendei a fazer o bem, procurai a justiça, chamai à razão o espoliador, fazei justiça ao órfão, tomai a defesa da viúva. *Vinde e discutamos, diz o Senhor*” (Is 1,17-18).

80. Dentro das possibilidades daquele tempo, o direito do pobre tem lugar de destaque: “Se houver em teu meio um pobre, um dos teus irmãos, numa de tuas cidades, na terra que o Senhor te dá, não endurecerás o teu coração e não fecharás a mão para o teu irmão pobre; mas tu lhe abrirás largamente a tua mão e lhe concederás todos os empréstimos a penhor que vier a necessitar” (Dt 15,7-8).

81. Quanto aos estrangeiros, desamparados num tempo em que a única segurança possível era garantida pelo grupo familiar, a Bíblia se preocupa em defender sua dignidade, lembrando que Israel não esteve em condição melhor durante muito tempo: “Não explorarás nem oprimirás o migrante, pois fostes migrantes na terra do Egito” (Ex 22,20). O seu desamparo é equiparado ao dos órfãos e das viúvas (Dt 24,19-22).

82. Iluminados pelos ensinamentos bíblicos devemos trabalhar as realidades do nosso tempo: direito ao trabalho, à saúde e educação públicas e de boa qualidade, saneamento urbano e outras estruturas que hoje podem promover o bem-estar de todos.

“O jejum que eu prefiro, acaso não é este: desatar os laços provenientes da maldade, desamarrar as correias do jugo, dar liberdade aos que estavam curvados, em suma, que despedaceis todos os jugos? Não é partilhar o pão com o faminto? E ainda: os pobres sem abrigo, tu os albergarás; se vires alguém nu cobri-lo-ás: diante daquele que é a tua própria carne, não te recusarás. Então a tua luz despontará como a aurora, e o teu restabelecimento se realizará bem depressa. Tua justiça caminhará diante de ti e a glória do Senhor será a tua retaguarda... se cederes ao faminto o teu próprio bocado, e se aliviares a garganta do humilhado, tua luz se levantará nas trevas, tua escuridão será como o meio dia”. (Is 58,6-8 e 10).

Créditos e juros

83. Nas sociedades agrícolas, como as descritas na Bíblia, a liberdade pessoal e a econômica dos pequenos agricultores e de suas famílias dependia, em muitas circunstâncias, dos empréstimos. Regular o pagamento de empréstimos, a taxa de juros, o prazo de pagamento ou o perdão da dívida dos pobres eram questões importantes para fazer prevalecer a justiça social. Na nossa sociedade, créditos, dívidas, aplicações, juros, são as alegrias e as angústias das pessoas que vivem com fartura no império das finanças. Todo um sistema bancário toma conta da circulação do dinheiro na nossa sociedade, favorecendo os depósitos volumosos, emprestando com juros altos próximos à usura e negando o acesso aos créditos dos pequenos empreendedores.

84. A atenção da Bíblia se volta com preocupação para os pobres também quando trata do empréstimo, dos juros e penhores. Não havia naquele tempo real alternativa para a sobrevivência dos pobres. Era necessário que alguém lhe emprestasse, mas a dívida contraída não devia levar o pobre a uma dependência que sacrificasse seus direitos (cf. Ex 22,24-26). O livro do Deuteronômio 23,20 e o livro do Levítico, considerando o direito do pobre à vida, insistem sobre não emprestar com juros: “Se o teu irmão tem dívidas e não tem com que te pagar, tu o sustentarás, seja ele um migrante ou um morador, a fim de que ele possa sobreviver a teu lado” (Lv 25,35ss). “Dá a quem te pede – dizia Jesus – a quem quer pedir-te emprestado, não vires as costas” (Mt 5,42).

“Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao necessitado que está contigo, não agirás com ele como um agiota, não lhe cobrareis juros. Se tomares o manto do teu próximo em penhor, devolvê-lo-ás ao pôr-do-sol, pois o manto que lhe protege a pele é o seu único cobertor. Em que deitaria? E se acontecer de ele clamar a mim, hei de ouvi-lo pois eu sou compassivo” (Ex 22,24-26).

Os direitos dos trabalhadores

85. As relações de trabalho são tratadas com a mesma preocupação de colocar em primeiro lugar, não o lucro do empregador, mas a vida dos trabalhadores. O profeta Jeremias lança a condenação de Deus contra quem enriquece explorando o trabalho: “Ai daquele que constrói seu palácio desprezando a justiça, e amontoa seus andares a despeito do direito; que obriga os outros a trabalhar de graça, sem pagar-lhes o salário!” (Jr 22,13). Igualmente o profeta Amós lança sua invectiva contra o comércio injusto e o enriquecimento, “porque venderam o justo por dinheiro, e o pobre por um par de sandálias; porque são ávidos para ver o pó da terra sobre a cabeça dos indigentes e desviam os recursos dos humildes” (Am 2,6-7a). A Carta de Tiago, depois de ter zombado da felicidade dos ricos, exclama: “Vede o salário dos operários que fizeram a colheita em vossos campos: retido por vós, ele grita, e os clamores dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor Sabaot” (Tg 5,4). No ambiente onde Deus reina, os trabalhadores não podem ser considerados apenas como força para a produção, mas têm que ser respeitados em sua dignidade de seres humanos.

86. Nos Evangelhos, essa atenção à reconstrução da justiça econômica não é menos clara e incisiva. Desde o início do Evangelho segundo Lucas, a Virgem Maria exclama que Deus “cobriu os famintos de bens e os ricos, despediu-os de mãos vazias” (Lc 1,53). A quem perguntava o que fazer para preparar-se para acolher o Reino de Deus, João Batista respondia: “Se alguém tiver duas túnicas, reparta com aquele que não tem; se alguém tiver o que comer, faça o mesmo” (Lc 3,10-11). Jesus, na linha dos profetas, coloca-se ao lado dos pobres e os discípulos para segui-lo têm que deixar tudo. Sobre esta escolha ele os alertava: “As raposas têm tocas e os pássaros do céu, ninhos. O Filho do Homem, porém, não tem onde recostar a cabeça” (Mt 8,20). Afirmava categoricamente, “Ninguém pode servir a dois senhores... vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro” (Mt 6,24) e exortava:

“Vendei o que possuis e dai-o de esmola. Fazei para vós bolsas imperecíveis, um tesouro inalterável nos céus: lá nem ladrão se aproxima, nem traça destrói” (Lc 12,33).

“Na nossa sociedade, privar um homem de emprego ou meios de vida equivale, psicologicamente, a assassiná-lo. Porque isso é o mesmo que dizer a esse homem que ele não tem o direito de existir”²⁶.

No Reino de Deus a lei é a solidariedade

87. O Reinado de Deus, anunciado por Jesus, exige também um novo olhar no campo da justiça econômica. Na parábola apresentada em Mateus 20,1-16, Jesus usa a situação de operários contratados em momentos diferentes. Na hora do pagamento, todos recebem a mesma quantia, porque todos precisam ter suas necessidades básicas atendidas. Hoje, os que não podem trabalhar também precisam viver e algo deve ser feito para lhes garantir esse direito básico.

88. A solidariedade faz da humanidade uma família onde todos se protegem mutuamente. Assim problemas que pareciam insolúveis podem ter soluções surpreendentes. A partilha faz milagres. É o que Jesus nos sugere no texto que narra como cinco mil homens mais as mulheres e crianças foram alimentados com cinco pães e dois peixes. (Mc 6,30-44). Os milagres de Jesus têm uma função pedagógica: eles nos convidam a fazer como ele fez, mesmo através de meios bem naturais. Se soubermos partilhar, certamente vai haver pão, casa, cura, saúde, educação e participação para muito mais gente. A pregação de Jesus sobre o juízo final mostra bem que Deus quer ser amado e servido nos pobres: “tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; eu era estrangeiro, e me acolhestes; estava nu, e vestistes-me; doente, e me visitastes; na prisão, e viestes a mim...” (Mt 25,31-40).

²⁶ Luther King, M. O Redentor Negro. São Paulo: Martin Claret, 1996.

89. A solidariedade universal é princípio ético expressamente contemplado no artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa declaração internacional, mostra que há uma percepção da importância do exercício desses direitos para a humanidade. Nos fundamentos de tudo isso está a ideia de fraternidade. Se realmente nos sentirmos irmãos, parte da mesma família humana, certamente viveremos de modo mais solidário.

“O teste da verdadeira organização de um país não é o número de milionários que possui, mas a ausência de fome em sua população”
(Ghandi)

90. A solidariedade quer promover uma nova cultura política para a construção de uma economia que atenda às necessidades dos cidadãos em todos os níveis e respeite as exigências de conservação da natureza. A ação contra a exclusão está intimamente associada ao objetivo de recriar e recompor laços sociais, laços de humanidade. É, portanto, um caminho de contracultura em relação à cultura do enriquecimento com exploração, da acumulação que provoca a carência de muitas pessoas e do consumismo egoísta e materialista que coloca em risco a vida na Terra. A solidariedade aumenta nossa sensibilidade aos aspectos específicos da dor e da humilhação de outros seres humanos. Alarga o sentido tipicamente social da vida humana e ensina a privilegiar o “nós” em lugar do “eu”, ensina a ver em pessoas estranhas, companheiros de sofrimento e esperança.

Experiências de solidariedade

91. O povo se empenha em ajudar quando há alguma catástrofe. Entretanto são necessárias ações mais profundas, que transformem o modelo de vida de nossa sociedade. A organização da sociedade civil, garantida pelo princípio da subsidiariedade, é complemento indispensável à ação dos governos. Agências

internacionais de cooperação e solidariedade têm criado redes de apoio ao desenvolvimento de países onde a pobreza ameaça seriamente a vida das populações. No Brasil as ações da Cáritas Brasileira, Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, Serviço Anglicano de Desenvolvimento – SAD, dentre outras. Também a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, as experiências de economia solidária e suas elaborações teóricas, economia indígena, as iniciativas de economia de comunhão, as Campanhas da Fraternidade e as Semanas Sociais têm contribuído para apontar caminhos de reformulação do modelo econômico.

O papel do Estado

92. Sabemos que é fundamental a ação do Estado democrático na solução dos problemas sociais. O direito e o Estado não podem ter unicamente o papel de garantir a possibilidade de crescimento e de funcionamento do sistema econômico organizado pelas elites e hoje dominante no país. Os direitos e a seguridade social não são consequência funcional do sistema econômico, mas a força que deveria estar na base de sua organização e de suas limitações. Para que a ação do Estado e do direito não exclua os mais fracos, é importante que os governantes ouçam os diferentes setores da sociedade, não só aqueles que costumeiramente têm poder de pressão. O texto da nossa Constituição Federal de 1988 trata de seguridade social como algo que deve estar na base da organização da sociedade brasileira. Alguns projetos do governo destinam recursos a programas específicos que atendem partes mais desprotegidas da população. Mas é preciso estabelecer mecanismos mais permanentes, que não dependam de decisões momentâneas deste ou daquele governo. Considera-se a necessidade de atender tanto a trabalhadores rurais como urbanos. Percebe-se a urgência de ter sistemas acessíveis, adequados e permanentes de financiamento para as iniciativas de organizações populares.

Outra necessidade básica é garantir algum tipo de renda para os que não podem trabalhar, seja por doença, idade avançada ou falta de oportunidade no mercado de trabalho. O chamado trabalhador informal também precisa se sentir seguro se, por algum fator alheio à sua vontade, se vê impedido de exercer a atividade que o sustentava.

93. O reconhecimento do direito universal à proteção social ficou resguardado nos campos da saúde e da assistência social, mas a Constituição não conseguiu garantir na prática tantos outros direitos. O Estado tende a tomar decisões independentes das necessidades de cada cidadão e das coletividades. Ele trabalha com “contribuintes” que adquirem direitos legais, e deixa de fora uma multidão que faz parte do chamado “trabalho informal”. A lógica do governo visa evitar os riscos de conflitos sociais, permitir o funcionamento da economia do mercado e o crescimento do capital.

O sistema tributário brasileiro tributa mais os mais pobres. Os 10% mais pobres da população brasileira destinam 32,8% da sua – pouca – renda para o pagamento de tributos, enquanto que para os 10% mais ricos, o ônus estimado é de 22,7% da renda.

Tabela 01: Brasil – Distribuição da Carga Tributária Bruta segundo faixa de salário mínimo

Renda Mensal Familiar Carga Tributária Bruta – 2004 Carga Tributária Bruta - 2008 **Dias** Destinados ao Pagamento de Tributos

| | | | |
|----------|------|------|-----|
| até 2 SM | 48,8 | 53,9 | 197 |
| 2 a 3 | 38,0 | 41,9 | 153 |
| 3 a 5 | 33,9 | 37,4 | 137 |
| 5 a 6 | 32,0 | 35,3 | 129 |
| 6 a 8 | 31,7 | 35,0 | 128 |
| 8 a 10 | 31,7 | 35,0 | 128 |

| | | | |
|----------------------|-------------|-------------|------------|
| 10 a 15 | 30,5 | 33,7 | 123 |
| 15 a 20 | 28,4 | 31,3 | 115 |
| 20 a 30 | 28,7 | 31,7 | 116 |
| mais de 30 SM | 26,3 | 29,0 | 106 |

CTB, segundo CFP/DIMAC 32,8 36,2 132²⁷

Os discípulos de Jesus e outra economia

94. Os discípulos de Jesus propuseram ao mundo uma grande revolução econômica, talvez a maior testemunhada na antiguidade. Nascida do seio das comunidades cristãs como fruto da convivência fraterna, era introduzida no mundo greco-romano uma economia diferente. A economia do Império Romano era resultado de política fiscal, se fundava sobre os impostos. Sua destinação era, sobretudo, a manutenção do complexo aparato burocrático e do amplo sistema militar. A economia cristã se baseava na distribuição da riqueza e era destinada a socorrer os segmentos mais vulneráveis da vida civil e social, geralmente não atendidos pelo Estado. O ideal das primeiras comunidades cristãs era a partilha solidária dos bens, de modo que não houvesse ninguém que passasse necessidade.

“Todos os que abraçaram a fé estavam unidos e tudo partilhavam. Vendiam as suas propriedades e os seus bens para repartir o dinheiro apurado entre todos, segundo as necessidades de cada um”. (At 2,44-45). O Livro dos Atos dos Apóstolos insiste: “A multidão daqueles que tinham abraçado a fé tinha um só coração e uma só alma e ninguém considerava como propriedade sua algum bem seu; pelo contrário, punham tudo em comum”. (At 4,32).

²⁷ Zockun et alli. Carga Tributária por faixas de renda, 2004: (2007); Carga Tributária Bruta 2004 e 2008: CFP/DIMAC/IPEA; Carga Tributária por faixas de renda, 2008 e Dias Destinados ao Pagamento de Tributos, elaboração própria.

95. As comunidades cristãs, não somente pelo testemunho de mulheres e homens da Igreja das origens, mas também no decorrer dos séculos, são sempre lembradas do amor a Deus e da solidariedade, da justiça e da paz que fluem desse amor. As pessoas de fé oram a Deus e voltam seu pensamento e sua ação para as condições dos pobres e desprotegidos, daqueles que são negligenciados ou maltratados pelos poderes dominantes na sociedade. Ambrósio, Bispo de Milão, revoltado pela crescente concentração de terras, pregava que a terra pertence a todos e não apenas aos ricos. Basílio, Bispo de Cesareia, exortando a não acumular bens supérfluos, concluía: “Quem acumula mais que o necessário pratica crime” (Basílio, séc. IV, Comentário a Mateus 25, 31-46).

“Nabot não foi o único pobre assassinado. Todo dia um Nabot cai ao solo; todo dia um Nabot é assassinado... Tu não estás dando ao pobre o que é teu, mas lhe devolves o que é dele. Pois o que é comum foi dado a todos, tu o estás usurpando sozinho. A terra pertence a todos e não apenas aos ricos. Infelizmente, são pouquíssimos os que podem usufruir a terra” (Ambrósio, séc. IV, Comentário 1Reis 21)²⁸.

96. A história cristã é, infelizmente, também marcada por infidelidades, desculpas e interpretações diversas de como a fé se relaciona com as decisões econômicas, com a forma de apropriar-se de terras e de bens, com o exercício do poder, as maneiras de viver, o bem-estar, a relação com os pobres. Mas na Bíblia e na tradição cristã encontramos um mandamento e as sementes de uma verdadeira revolução econômica: “A solidariedade com o pobre é lei de Deus, não mero conselho” (Gregório de Nissa). E para quem faz hoje uso da religião para o próprio bem-estar, Jerônimo também lembrava: “Jesus não nasceu no lugar sagrado do templo, onde o ouro, as pedras preciosas e a prata reluziam; ele nasceu numa estrebaria, para reerguer os que jazem no meio do lixo” (Jerônimo, Homilia sobre o Natal).

²⁸ Cf. <http://www.30giorni.it/br/articolo.asp?id=21088>. Acesso em 22 de agosto de 2009.

97. Na tradição cristã, não encontramos apenas a caridade de indivíduos ou a generosa solidariedade de comunidades inteiras. Também buscou-se insistentemente soluções alternativas às estruturas econômicas injustas: criação de hospitais, construção de escolas, organização de economia comunitária, organização de sindicatos e partidos. Hoje, como no passado, as comunidades cristãs devem se interrogar sobre seu patrimônio, seu uso do dinheiro e seu compromisso com a transformação econômica e social do país.

“No contexto da globalização neoliberal, as igrejas são chamadas a assumir um compromisso explícito e público em palavras de fé e atos: assumindo um posicionamento de fé quando os poderes da injustiça e da destruição questionarem a própria integridade do evangelho; professando sua fé dizendo um “NÃO!” muito claro aos poderes e principados; solidarizando-se com as pessoas sofredoras e com a Terra e resistindo aos poderes da injustiça e destruição; compartilhando o sofrimento e a dor das pessoas e da Terra na companhia do Espírito, que está gemendo com toda a Criação (Rm 8,22-23). Onde formos cúmplices de sistemas de dominação e injustiça, precisamos arrepender-nos. Neste sentido o papel das igrejas face à globalização neoliberal não é exclusivamente uma questão de ministério profético e justiça social a serviço da vida. Na verdade, a tarefa atinge o âmago da vocação evangélica das próprias igrejas: de intermediar o chamado de Deus ao arrependimento do pecado e da morte e a abraçar o reino de Deus e sua justiça e vida para todos”²⁹.

²⁹ CMI, *Globalização Alternativa comprometida com a humanidade e o planeta* – Um documento de base, p. 6-7, Genebra 2005.

PROMOVER A VIDA

“Senhor, eu reparto aos pobres a metade dos meus bens e, se prejudiquei alguém, restituo-lhe o quádruplo” (Lucas 19,8)

98. O episódio de Zaqueu termina com Jesus afirmando que “hoje aconteceu a salvação para esta casa”. Zaqueu cresceu como pessoa, se aproximou de Deus e do próximo ao fazer duas coisas: praticou a lei da justa repartição da riqueza e se dispôs a fazer a justa devolução da riqueza acumulada, devolvendo aquilo que, na verdade, não lhe pertencia por direito (Lc 19,8). Esse ideal orientou as práticas das primeiras comunidades cristãs. A comunhão vivida pelos primeiros discípulos e discípulas de Jesus (At 2,42-47; 4, 32-37) tinha implicações sociais. Sua preocupação pelos pobres, viúvas e estrangeiros não era aos seus olhos uma atividade à parte, mas uma dimensão de seu amor e culto a Deus. A evangelização e o amor a Deus não se realizam sem o amor ao próximo e o zelo pela justiça social.

Como viver hoje a mensagem da Boa Nova de Jesus?

99. No âmbito **social**, servir a Deus e não ao dinheiro exige a promoção de políticas que deem a todos o direito de desenvolver seus talentos e viver dignamente. A pessoa, e não o lucro, tem que ser o fator decisivo no estabelecimento de leis e procedimentos de âmbito nacional. É indispensável a participação consciente por uma sociedade justa. Isso estabelece também um critério para escolher candidatos nas eleições, o que inclui, é claro, um acompanhamento do desempenho de cada um no exercício do mandato.

100. No âmbito **comunitário**, estar atentos ao que acontece à nossa volta. Será preciso juntar forças para ajudar onde for possível, criar instituições, trabalhos que ajudem a respeitar direitos e

desenvolver talentos de maneira mais igualitária. Aqui tem grande valor à militância nos sindicatos, nos movimentos populares, nos partidos políticos, o trabalho voluntário em instituições, a pressão comunitária para valorizar práticas menos consumistas e que respeitem mais o meio ambiente.

101. No âmbito **eclesial**, servir mais a Deus e ao próximo do que desejar que Deus se coloque a nosso serviço para garantir prosperidade. Isso também envolve um bom aproveitamento das forças de trabalho voluntário de que cada Igreja dispõe. Comunidades eclesiais são espaços educativos que mobilizam e educam crianças, jovens e adultos. Uma nova mentalidade pode ser formada neste processo de conscientização. A força moral das Igrejas precisa estar a serviço de causas sociais importantes e condizentes com o projeto de Deus.

102. No âmbito **pessoal**, educar-se e educar para o respeito ao direito de todos, para o cuidado responsável com o planeta, para a resistência às seduições do consumismo, para valorizar cada um pelo que é pelo potencial que tem e não por aquilo que possui como riqueza material. Nesse espírito, devemos estar preparados para o protesto profético sempre que for necessário.

103. Reiteramos, portanto, aqui a finalidade desta **Campanha**: ser um **instrumento à disposição das comunidades cristãs e de todas as pessoas de boa vontade para enfrentar, com consciência crítica, os temas do desenvolvimento e da justiça, da economia e da vida humana** no Brasil e no mundo. A humanidade desperta para uma nova existência de solidariedade mundial, que exige uma concepção planetária do bem comum para dar início a outra civilização. Uma pessoa cristã não pode olhar para o mundo e aceitar que continue a vigorar uma política de sobrevivência somente a serviço dos privilegiados pela riqueza.

104. **Denunciamos a perversidade de todo modelo econômico** que vise em primeiro lugar o lucro, sem se importar com a desigualdade, miséria, fome e morte.

105. **Afirmamos que a economia deve sustentar a qualidade de vida de todas as pessoas no limite das condições sustentáveis**

ao Planeta e deve servir ao bem comum, universalizando os direitos sociais, culturais e econômicos.

106. Queremos buscar linhas de compromisso concreto e de ação para que a riqueza e a política econômica sejam colocadas a serviço do desenvolvimento integral de toda a sociedade brasileira e da humanidade. Sem passar a ações bem concretas na vida de cada pessoa e da política de Estado, sem dar novos rumos às metas e finalidades da organização da economia, toda boa intenção e todo bom discurso moral se tornam vazios.

Urgência de ações coletivas

107. A Campanha conclama, portanto, Igrejas, religiões e toda a sociedade para ações sociais e políticas que levem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todas as pessoas. Para alcançar essa meta a Campanha da Fraternidade ecumênica destaca **a importância da ação coletiva para a transformação social. O diálogo permanente e a articulação das forças sociais, a colaboração entre Igrejas e sociedade**, a formação de militantes, uma política sindical que lute pelos direitos não somente dos trabalhadores empregados, mas dos pobres sem trabalho, sem moradia, sem garantias de sustento para si e suas famílias. A cooperação é urgente em uma sociedade que sofre pelo individualismo e a desarticulação.

Ecumenismo e opção pelos pobres

108. As Igrejas, abandonando qualquer tipo de competição e prosseguindo sua caminhada ecumênica, precisam se unir na promoção de uma economia a serviço da vida. Para as pessoas de fé cristã, estar ao lado dos pobres não é uma opção entre outras, mas adesão livre ao mandamento do Senhor.

109. Comunidades cristãs que estejam na linha da tradição apostólica se autossustentam pelo trabalho e, despojando-se dos bens

acumulados, dão testemunho de solidariedade com os mais pobres da sociedade sem distinção de religião, de raça ou etnia. São chamadas por Deus a praticar uma economia da vida através de: formação de agentes; consumo ético e consciente; trocas solidárias de bens e serviços; finanças solidárias; redes e cadeias produtivas solidárias; meios alternativos de comunicação e diálogo. Precisam resistir à tentação de transformar o culto a Deus em moeda para obtenção de prosperidade. O cristão é um servidor, não alguém que recorre a Deus em busca de favores.

Educação para a solidariedade

110. Igrejas são espaços com especial condição para processos educativos: reúnem pessoas de várias idades e condições sociais, que lá estão voluntariamente não só para orar, mas também em busca de orientação e de propostas que evidenciem e aprofundem o sentido da vida. Além do que se faz dentro do templo, os fiéis são enviados ao mundo, às suas famílias, aos locais de trabalho, às relações de vizinhança, ao exercício diário da cidadania. As igrejas precisam fazer perceber que ser servidor do Reino não é só orar, é também testemunhar no mundo os valores do Evangelho. Assim, Igrejas são comunidades excelentes para formar pessoas que promovam uma nova educação, capaz de romper com as desigualdades de classe, de gênero, raça e etnia, combater a discriminação, cuidar do planeta, valorizar o respeito à dignidade humana e incrementar as capacidades de diálogo e cooperação. Isso deve acontecer em escolas confessionais, na educação fornecida pela própria vida da comunidade eclesial e também em todos os outros espaços, através da ação diária de famílias, educadores e comunicadores que se comprometeram com o projeto do Reino.

111. As igrejas podem contribuir muito com o **desenvolvimento de processos de educação popular**, a partir da realidade concreta das pessoas, reforçando o movimento de educação de base, dialogando sobre critérios éticos na perspectiva dos direitos da cidadania, preparando para a vida fraterna, incentivando uma economia de solidariedade.

112. É missão das comunidades cristãs **dar testemunho de solidariedade e educar os incluídos na sociedade da abundância e do consumismo** para que valorizem o ser humano na sua dignidade e não nas aparências e adquiram espírito crítico em relação à propaganda. Os jovens, especialmente, necessitam de um grupo que os apoie, para que deixem de ser reféns da propaganda consumista e cultivem sua autoestima através de uma identidade fraterna, solidária. O mandamento do amor a Deus e ao próximo precisa ser compreendido em toda a sua amplitude, pois inclui, entre outras coisas: optar por uma economia do bem comum e do suficiente, economizar de modo responsável (não como um avarento), reutilizar, reciclar, respeitar com gratidão os dons de Deus e doar com generosidade serviços e bens para socorrer e promover os necessitados.

113. Não somente as pessoas individualmente, mas **também as famílias enquanto unidades domésticas solidárias devem educar-se para o consumo responsável e para a solidariedade**. Cientes da situação do próximo e do Planeta devem abrir-se à comunidade, à sociedade, à nação, e a toda a humanidade. Para tanto deve ser promovida a educação para a justiça e a solidariedade e a educação ambiental na evangelização, catequese e em todos os níveis de ensino.

Economia Solidária e compromisso social

114. As comunidades cristãs não existem para si **mesmas, mas são chamadas a servir**. Nesse serviço não cabem competições por poder, mas os testemunhos de inclusiva solidariedade. As Igrejas estão a serviço dessa missão, quando, cooperando com as iniciativas renovadoras da sociedade, estimulam as experiências de economia solidária, a autogestão e a organização de agricultores familiares em cooperativas, redes e sistemas produtivos, moeda comunitária e finanças solidárias para a comercialização e consumo. Também servem quando propõem a aprovação de leis gerais de economia solidária para que a nova cultura econômica

prevaleça na sociedade. Hoje, estar ao lado dos pequenos, como pediu Jesus, não é somente dar esmola ou distribuir comida, mas criar consciência dos direitos e incluir na cidadania, valorizar o trabalho, inventar novas formas de trabalho produtivo, integrar todas as pessoas em atividades remuneradas e exigir a proteção social para as pessoas em necessidade.

115. Entre as muitas lutas em que devem estar unidas igrejas e sociedade queremos destacar as que visam a conquista da **emancipação do ser humano e do trabalho** para que todas as pessoas tenham renda para si e suas famílias e a garantia de condições e tempo liberado para o autodesenvolvimento:

- Incluir a alimentação adequada entre os direitos previstos na Constituição Federal
- Erradicar definitivamente o analfabetismo
- Eliminar definitivamente a prática do trabalho escravo
- Combater o trabalho infantil
- Denunciar a exploração praticada por quem submete crianças ao trabalho e pessoas adultas a um tempo de trabalho acima da jornada legal que, no Brasil, ainda é das mais elevadas do mundo;
- Mobilizar-se para defender a solidez das leis trabalhistas e apoiar a redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

116. Um novo conceito de sistema bancário deve ser promovido. Diversos tipos de bancos do povo, de bancos de microcrédito, ligados às microfinanças, têm se difundido nos últimos decênios com sucesso em muitos países. A Campanha junta a voz de Igrejas e entidades da sociedade civil em favor da criação e multiplicação de bancos de microcrédito e bancos comunitários.

117. “A pobreza não é uma maldição inevitável. Ela é produto de decisões e de políticas humanas. Para enfrentá-la requerem-se

mudanças das regras do jogo internacional e nacional” (Kliksberg, 2003)³⁰. Mas a pobreza também não é só uma questão política, ela é um clamor que mexe com a proposta religiosa³¹.

Políticas públicas e seguridade social

118. Sendo que a justiça e os direitos econômicos são frutos e es-
colhas pessoais e públicas é preciso:

- **Continuar a exigir a Auditoria da Dívida Pública**, para evitar que grande parte dos recursos públicos sejam destinados ao pagamento dos juros dessa questionável dívida, impossibilitando a realização de investimentos promotores do desenvolvimento das políticas sociais.
- **lutar em favor de uma tributação justa e progressiva**, que exija mais das rendas altas e da riqueza concentrada e menos das rendas mais baixas. Mas é claro que, junto com essa conquista, é indispensável que o dinheiro público seja aplicado de fato em favor do povo e não desviado para satisfazer outros interesses.
- **Exigir políticas econômicas redistributivas** dos bens e das riquezas garantidas por leis e efetivadas pelas estruturas do Estado.
- **Promover ações de pressão social** para que o **direito à alimentação** e nutrição, no conjunto dos direitos sociais, seja uma prioridade política que crie um sistema de segurança alimentar e nutricional de caráter estatal para todas as pessoas. Além disso, é preciso que seja implantado um sistema de vigilância e amparo, para que não haja mais quem deva humilhar-se a pedir esmola para não morrer antes da hora por causa da doença e da fome.

³⁰ Kliksberg, Bernardo. Por uma economia com face mais humana. Brasília: UNESCO, 2003.

³¹ Cf. <http://www.meb.org.br/#home>. Acesso em 22 de agosto de 2009.

- Instituir o **Fundo Nacional de Seguridade Social** autônomo com relação aos critérios fiscais.
- **Constituir novamente o Conselho de Seguridade Social**, instrumento cuja função é o controle e a garantia da aplicação social dos tributos.

Preservação do meio ambiente e Reforma Agrária

119. **Preservar o meio ambiente** de modo a mantê-lo ecologicamente equilibrado é dever e tarefa da sociedade e do Estado e é parte essencial da missão das Igrejas cristãs que continuam lutando para:

- **Impedir a depredação dos recursos naturais:** floresta e solo, degradação do ambiente urbano, poluição industrial e agrícola revertendo a tendência destrutiva dos agentes causadores das mudanças climáticas.
- **Garantir o acesso à água** como direito humano e bem público que não pode ser privatizado e mercantilizado.
- **Continuar a luta pela Reforma Agrária** que é uma luta histórica de entidades e de Igrejas e uma necessidade de toda a sociedade, tanto dos moradores da cidade como dos moradores do campo.

120. Limitar a acumulação de capitais e do patrimônio é sinal de mudança de uma economia individualista para uma economia de solidariedade. Concretamente, a CFE apoia e reforça através de uma ampla mobilização, a campanha nacional pelo Limite de Propriedade da Terra, em defesa da Reforma Agrária e da Soberania Territorial e Alimentar para que sejam estabelecidas outras prioridades no uso da terra e no desenvolvimento solidário da sociedade brasileira.

**Mobilização de apoio
ao Plebiscito de iniciativa popular pelo
Limite de Propriedade da Terra,
em defesa da Reforma Agrária
e da Soberania Territorial e Alimentar**

Todas as comunidades cristãs (dioceses, paróquias, sínodos, presbitérios etc.) podem articular ou integrar-se aos comitês estaduais e municipais criados para propor um limite à propriedade da terra. Em duas frentes: * Coleta de assinaturas exigindo que se crie um instrumento legal que limite o tamanho da propriedade da terra. * Participação no plebiscito a se realizar no Grito dos Excluídos em setembro 2010

GESTO CONCRETO NACIONAL DA CAMPANHA E FUNDO ECUMÊNICO DE SOLIDARIEDADE

121. A Campanha da Fraternidade se expressa concretamente pela oferta de doações em dinheiro na **coleta da solidariedade**. É um gesto concreto em âmbito nacional, realizado em todas as comunidades cristãs, paróquias e dioceses.

Coleta da CFE: A Coleta da Campanha da Fraternidade Ecumênica é realizada no domingo de ramos, mas as doações podem ser feitas durante toda a Quaresma, como expressão concreta de um verdadeiro jejum, através do envelope e cofrinho com adesivo da CFE.

**DIA NACIONAL DA
COLETA DA SOLIDARIEDADE
Domingo de Ramos, 28 de março de 2010**

122. Partilha e Destinação dos recursos

- **60% da Coleta das Igrejas** ficará à disposição de cada comunidade eclesial local (diocese, presbitério etc.) e segundo os costumes tradicionais de cada uma delas será destinado à solidariedade local apoiando projetos relacionados com o tema da Campanha. As comunidades locais são convidadas a reproduzir, onde for possível, em âmbito local ou regional, um gesto ecumênico como é realizado em âmbito nacional.
- **40% da Coleta das Igrejas** será enviado para a constituição do Fundo Ecumênico de Solidariedade Nacional que apoiará projetos relacionados com o tema da Campanha.

123. Organização e animação para a coleta. Todas as pessoas das comunidades eclesiais serão convidadas a colaborar com o gesto concreto de solidariedade durante todo o tempo da Campanha que vai do início da Quaresma até o domingo que antecede a Páscoa. É importante que bispos, pastores, padres, religiosos(as), equipes de campanhas, lideranças leigas, agentes de pastoral, animem todos os fiéis a participarem, oferecendo a alegria de sua solidariedade – que é uma das melhores formas de sacrifício quaresmal – em favor de pessoas e grupos que buscam formas alternativas de economia. O envelope e o cofrinho são formas de realizar a coleta. Também pode ser feito depósito na conta exclusiva da CFE, conforme está a seguir:

**PARA DEPÓSITO DOS 40% ou outra doação pessoal/familiar
(Fundo Ecumênico de Solidariedade)**

Caixa Econômica Federal, Agência 2220

**Conta corrente 020-1 - Operação 003 - Conferência Nacional
dos Bispos do Brasil.**

Enviar comprovante do depósito para o fax: (61) 2103-8303

124. O Envio do gesto concreto

Cada Igreja deve estabelecer a forma de envio dos 40% e a aplicação dos 60%.

Para a Igreja Católica, seguindo a tradição das CFE, o resultado integral da coleta da CFE deve ser encaminhado às respectivas dioceses, salvo orientação diversa das próprias dioceses.

Todas as Igrejas, por sua vez, encaminham 40% do total da coleta para o Fundo Nacional de Solidariedade, na conta mencionada anteriormente.

125. O Fundo Ecumênico de Solidariedade será administrado por:

Comitê Gestor das Igrejas membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, Cáritas Brasileira e Fundação Luterana de Diaconia.

O Fundo Ecumênico de Solidariedade (soma dos 40% de contribuição das Igrejas; das doações pessoais e rendimentos bancários) tem a finalidade de apoiar projetos para contribuir com os processos de superação da exclusão social e econômica. Os projetos de abrangência local, preferencialmente devem ser apoiados pelos 60% que permanecem nas Igrejas locais.

A Instituição ou grupo que pretende buscar apoio do Fundo Ecumênico Nacional – deverá enviar o projeto, sempre relacionado ao tema da Campanha da Fraternidade, para uma das Instituições a seguir:

**Fundo Ecumênico de Solidariedade
FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA**

Rua Dr. Flores, 62 – sala 901

Porto Alegre – RS

90020-120

Telefone: 51 3225 9066

Ou

Fundo Ecumênico de Solidariedade

CÁRITAS BRASILEIRA

SDS – Bloco P – Ed. Venâncio III – Sala 410

70393-902 – Brasília – DF

Fones: 61 3214 5400 ou 61 3214 5418

126. A Fundação Luterana de Diaconia e a Cáritas Brasileira, receberão os projetos, farão os procedimentos de cadastro, averiguação técnica de cada projeto e uma análise. Após esse processo, os projetos serão apresentados ao Conselho Gestor do Fundo Ecumênico de Solidariedade, para análise final e decisões.

Uma parábola para pensar:

Um príncipe foi salvo da morte por dois camponeses de aldeias próximas. Agradecido, deu a cada camponês um saco de sementes especiais, quase mágicas, que garantiriam grande produção. Muitos anos depois, já coroado rei, voltou às aldeias para ver o resultado de sua oferta. O primeiro camponês era agora rico, dono de uma grande fazenda, mas vivia assustado, cercado de arame farpado e guardas, numa aldeia sem recursos, no meio da miséria dos vizinhos. A segunda aldeia ele quase não reconheceu. Era agora uma comunidade maravilhosa, com boas escolas, estradas para escoar a produção, hospital, saneamento... uma beleza! É que o segundo camponês optou por partilhar com os vizinhos as magníficas sementes que recebera...

Conclusão

127. Jesus chamou de bem-aventurados “os que são perseguidos por causa da justiça porque deles é o Reino dos Céus” (Mt 5,10). Assim esperamos ver unidos por causa da justiça cristãos e cristãs, seguidores de diferentes religiões, pobres em busca do seu resgate, mães e pais que trabalham para educação e o bem-estar dos seus filhos, intelectuais que pensam no bem e futuro da humanidade, agentes das pastorais e dos movimentos populares, sindicatos e organizações não-governamentais, gestores públicos que ocupam posições de responsabilidade nos poderes instituídos dos governos, comunicadores sociais, e todas as pessoas que buscam esperança e sentido em sua vida neste planeta.

Lembrando a parábola de Jesus:

Senhor, quando é que nos sucedeu ver-te com fome e alimentar-te, com sede e dar-te de beber? Quando nos sucedeu ver-te estrangeiro e acolher-te, nu e vestir-te? Quando é que nos sucedeu ver-te doente ou na prisão e irmos a ti? E o rei lhes responderá: Em verdade vos declaro, todas as vezes que o fizestes a um destes mais pequenos, que são meus irmãos, foi a mim que o fizestes (Mt 25,37-40).

Pensando no PAI-NOSSO

Pai-nosso, que estás no céu

Reconhecemos Deus como PAI, e criador do mundo, fonte da vida e de todo bem. Um pai que, sem distinções, quer o bem de seus filhos e filhas. Não dizemos “Pai meu”, dizemos “Pai-nosso”, e com isso assumimos que fazemos parte de uma única grande família, em que todas as pessoas têm os mesmos direitos. Esse Pai está no céu, acima de todas as criaturas. Ele olha todos os seres com a mesma ampla solicitude. Chamar Deus de “Pai-nosso” é um motivo de alegria e também de compromisso.

Santificado seja o teu nome

Quando nós, como obra de Deus, permitimos a injustiça e não nos interessamos pelo bem dos irmãos, estamos desmoralizando a obra do Criador, deixamos de santificar o nome de Deus. Não basta orar e louvar, frequentar cultos, ler a Bíblia... Bons filhos e filhas fazem o “bom nome” de uma família. Santificar o nome de Deus é ter atitudes que reflitam a bondade, a justiça, a fraternidade que o Criador espera de nós.

Venha o teu Reino

Jesus veio anunciar o Reino de Deus. Disse que seu Reino não era como os reinos deste mundo, onde os mais poderosos querem tudo e desprezam os pequenos. Os “benditos do Reino” são as pessoas que socorrem os irmãos em todas as necessidades, as que partilham, as que promovem a justiça. Ao falar de ambição e poder, Jesus pediu: “Entre vocês não seja assim” (Mt 20,26). É muito incoerente pedir que o Reino de Deus venha e não agir de acordo com os valores desse Reino.

Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu

Seria absurdo imaginar um céu com pessoas que acumulam todos os bens e deixam a multidão sem nada. Para a terra ficar cada vez mais parecida com o céu, junto com Deus, temos que criar um mundo mais fraterno, promover a justiça, distribuir melhor o que deve ser de todos.

O pão nosso de cada dia dá-nos hoje

O pão representa o essencial para viver, não o supérfluo. Pedimos o pão “nosso”, não o “meu pão”. E pedimos o que precisamos para cada dia, não para acumular. Esse pedido nos compromete tanto com a partilha como com um consumo mais simples. Quando todos tiverem o pão de cada dia e respeitarem esse direito, sem fazer exceções, a humanidade será mais feliz.

Perdoa-nos as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido

Outras versões do Pai-Nosso chamam essas “ofensas” de “dívidas”, usando um termo da economia. Ofendemos a Deus e ficamos em “dívida” com ele quando vivemos de modo a prejudicar o irmão. E Jesus nos diz: perdoa se queres ser perdoado. Em outras palavras: nossos “acertos de conta” com Deus só podem ser feitos através de uma atitude justa, fraterna e solidária com o nosso próximo.

E não nos deixes cair em tentação

As tentações do consumo irresponsável, da acumulação exagerada, da exploração dos mais desamparados nos cercam o tempo todo. Para não cair em tentação precisamos estar atentos às consequências do que fazemos e do que deixamos de fazer.

Mas livra-nos do mal

O maior mal é afastar-se de Deus e desconsiderar a dignidade do ser humano, perder o rumo é não se importar com o sofrimento das outras pessoas, é se fechar num comportamento egoísta, pouco fraterno e pouco solidário.

Pois teu é o Reino, o poder e a glória para sempre. Amém.

O Reino, o poder e a glória de Deus são diferentes daquilo que este nosso mundo chama de “sucesso”. Mostraremos ser cidadãos desse Reino, testemunhas do poder e da glória de Deus, vivendo realmente como família solidária, sem nenhum culto a outros “senhores” como o dinheiro, a nossa vaidade, o egoísmo que desvalorizam os outros filhos e filhas de Deus nosso Pai.

Hino da CFE 2010

L.: João Rothe Machado

M.: Pe. José Weber - SDV



Refr.: Je-sus Cris-to_a-nun-ci-a-va por pri-meiro um no-vo
 Rei-no de jus-ti-ça_e seus va-lo-res: "Vós não po-deis ser-vir a
 Deus e ao di-nhei-ro e mui-to me-nos a-gra-dar a dois se-
 1. nho-res." 2. "Vós não po-nho-res." 1. Voz de um pro-
 fe-ta con-tra_o í-do-lo_e_a co-bi-ça: "En-di-rei-tai ho-je_os ca-
 mi-nhos do Se-nhor!" Pro-du-zi fru-tos de par-ti-lha_e de jus-
 ti-çal! Che-gou o Rei-no, con-ver-tei-vos ao a-mor!

Jesus Cristo anunciava por primeiro

Um novo reino de justiça e seus valores: (Mt 4,17)

/:Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro

E muito menos agradar a dois senhores.:/ (Mt 6,24)

Voz de um profeta contra o ídolo e a cobiça:

“Endireitai hoje os caminhos do Senhor!” (Mt 3,3)

Produzi frutos de partilha e de justiça! (Lc 3,8.11)

Chegou o reino: Convertei-vos ao amor! (Mt 6,24)

Não é a riqueza, nem o lucro sem medida

Que geram paz e laços de fraternidade; (Lc 16,19-31)

Mas todo o gesto de partilha em nossa vida (Mc 12,42-44)

Que faz a fé se transformar em caridade. (Gl 5,6)

No evangelho encontrareis a luz divina,

Não no supérfluo, na ganância ou na ambição.

Ide e vivei a boa nova que ilumina (Mt 7,21)

E a palavra da fraterna comunhão. (Mt 18,20)

ORAÇÃO DA CFE 2010

Ó Deus criador, do qual tudo nos vem,
nós te louvamos pela beleza e perfeição de tudo
que existe como dádiva gratuita para a vida.

Nesta Campanha da Fraternidade Ecumênica,
acolhemos a graça da unidade e da convivência fraterna,
aprendendo a ser fiéis ao Evangelho.

Ilumina, ó Deus, nossas mentes para compreender que
a boa nova que vem de ti é amor, compromisso
e partilha entre todos nós, teus filhos e filhas.

Reconhecemos nossos pecados de omissão
diante das injustiças que causam exclusão social e miséria.

Pedimos por todas as pessoas que trabalham
na promoção do bem comum e na condução
de uma economia a serviço da vida.

Guiados pelo teu Espírito, queremos viver o serviço
e a comunhão, promovendo uma economia
fraterna e solidária, para que a nossa sociedade
acolha a vinda do teu Reino.

Por Cristo, nosso Senhor. Amém.